



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2019

Ata n.º 30

Aos dezanove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dez de Setembro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO UM:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso público para execução da Empreitada de levantamento e reposição/construção e reparação de passeios em zonas pontuais do concelho de Albufeira 2019-2020-2021, pelo valor base de 345.000,00 € +IVA;-----

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso público para execução da Empreitada de limpeza e desobstrução das linhas de água do concelho de Albufeira, pelo valor base de 257.000,00 € + IVA;-----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para Aquisição de Serviços de Manutenção Completa das Escadas Mecânicas da Praça dos Pescadores, Albufeira, por 1095 dias, pelo valor base de 105.120,00 € +IVA; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para Fornecimento Contínuo de Material Audiovisual, Eletrodomésticos e Acessórios para as Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, Jardins de Infância outros Equipamentos Pertencentes à Divisão de Educação, pelo valor base e até ao limite de 300.000,00 € + IVA;-----

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Vereadora Cláudia Guedelha da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Publico para Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança



em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada "Conclusão do Reforço Estrutural do Túnel de Águas Pluviais da Ribeira de Albufeira", pelo valor base de 30.000,00 € +IVA; -----

**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Vereadora Cláudia Guedelha da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada "Remodelação da Rua 5 de Outubro - - 2.ª Fase", pelo valor base de 22.000,00 € + IVA; -----

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da Empreitada de Pinturas no Pavimento no Município de Albufeira, 2019-2020-2021, pelo valor base de 290.000,00 € +IVA; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para máquinas da marca Caterpillar, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 9.840,00€ + IVA; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para máquinas da marca Case, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.000,00€ + IVA; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Nissan e Mitsubishi, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 57.600,00€ + IVA; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Scania, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.240,00€ + IVA; -----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para a Contratação de Serviços Especializados nas Áreas de Direção, Produção e Conteúdos Artísticos de



Entidades Adjudicantes, no âmbito da Candidatura "Promoção Turística e Eventos Culturais - Algarve Central", pelo valor base de 64 000,00 € + IVA;-----

**PONTO TREZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura da operação "intervenções para mitigação do risco de inundação junto ao Inatel" no âmbito do Aviso n.º 12768/2019 - Adaptar o território às alterações climáticas - - Concretizar P-3AC, do Fundo Ambiental, pelo valor base de 317.553,22 € + IVA; -----

**PONTO CATORZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente à proposta de adesão do Município de Albufeira à Fórum Oceano - Associação de Economia de Mar; -----

**PONTO QUINZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta de alteração do Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento do Município de Albufeira; -----

**PONTO DEZASSEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de autorização de aquisição de uma fração autónoma designada pela letra "A" do prédio urbano constituído sob o regime de propriedade horizontal na Rua do Parque, nos Olhos de Água, Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Concelho de Albufeira, composto por parque de estacionamento com 305 lugares cobertos, pelo valor de 2.800.000,00€;-----

**PONTO DEZASSETETE:** Apreciação e deliberação sob proposta do PAN, da Recomendação "Campanhas de sensibilização e aquisição de equipamentos urbanos para depósitos de beatas de cigarro";-----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), José Manuel Guerreiro Vila Nova (suplente PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Carlos Manuel da Conceição Oliveira (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Ana Luísa Sousa Simões (suplente PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Luís Miguel Correia Pereira (suplente PSD), Isabel Maria Louzeiro Machadinho (suplente PAN), Elisabete Filomena Lopes Machado (suplente PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira



e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, de Ferreiras, Jorge do Carmo, da Guia, Dinis Nascimento, e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne, João Guerreiro. -----

**Faltas:** Maria Eugénia Xufre Baptista, João Alexandre Sequeira Jorge da Silva, Vítor José Correia Maria Vieira, Helena Maria Palhota Dias Simões, Vera Lúcia Hilário Belchior, Gaspar Manuel Rocha Meirinho e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, José Vila Nova, Carlos Oliveira, Ana Luísa Simões, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elizabete Machado e João Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Na falta da Primeira Secretária o Presidente da Assembleia convidou Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira para fazer parte da mesa. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão iria ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Alice Jorge: "Boa noite. Moro na extrema de Albufeira para Loulé, na zona do Pinhal. Por detrás da minha casa tem um terreno, que não consigo encontrar o dono e o terreno está cheio de mato, as árvores estão em cima da minha casa. Já fui falar nas Ferreiras, à Proteção Civil, vim à Câmara e até hoje nada foi feito. Este é o primeiro ponto e o que mais me preocupa. Eu limpei o meu terreno todo, cortei as minhas árvores, ficou tudo limpinho, aquele terreno está mesmo junto à minha casa e está mesmo perigoso, se houver um fogo a minha casa é a primeira a ser atingida. Depois, a estrada de acesso à minha casa, também já fomos falar, eu e outras pessoas da rua, às Ferreiras e ainda não foi feito nada. A estrada está em mau estado, inclusive o terreno do final dessa estrada foi vendido e o senhor fez uma espécie de muro, com umas pedras, que nos tira a visibilidade, quando entramos na estrada. Se for um carro alto, que é o caso do meu, vê-se bem, mas por exemplo, a minha filha tem um carro baixo e temos dificuldade em ver. Outro ponto, os abrigos foram retirados das paragens, quando foram feitas as obras da estrada nacional e ainda não foram repostos. Vem o inverno, temos os nossos filhos à espera do autocarro à chuva."-----



Ivo Laranjo: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, senhores e senhoras deputados, quero dar conhecimento que a estátua do Beato Vicente não tem iluminação. Algumas pessoas relatam que há tráfico de estupefacientes na zona do Rossio e baixa de Albufeira. Relativamente às passadeiras, na Rua Coronel Águas, em frente ao antigo bar Javali, necessita de manutenção, uma vez que a passadeira está invisível. Por várias vezes houve situações de atropelamento, embora nada de grave. Na Rua Cândido dos Reis, as sarjetas deitam um odor horrível e acho que necessita de averiguação. Outra questão que gostava de colocar é: Como está a composição do Conselho Municipal Jovem? Qual é o ponto de situação?" -----

Maria Cavaco: "Boa noite a todos os presentes. O que me traz aqui é o nível de construção na zona onde vivo, o Cerro da Águia. Posso dizer que nos últimos vinte anos foram construídos setenta e um fogos. Atualmente a pressão urbanística vai até à falésia do cerro. Não sei onde é o limite da REN, porque para mim a REN desapareceu lá do cerro, só se for na cratera Gralheira é que é REN. Temos três sinais de Stop, três sinais a dizer via estreita e não temos mais nada. Não há cedências de prioridade, não há absolutamente nada, só isto. Gostava de perguntar: Quem faz o planeamento urbanístico em Albufeira? Penso que primeiro deviam ser criadas as infraestruturas e depois é que deviam ser aprovados os projetos. Porque temos lá setenta e quatro fogos, desde o ano dois mil, e quantos estão aprovados? A gente não sabe mas, segundo consta, mais de cinquenta. O que pergunto é: Como é que se vai transitar numa rua que temos três entradas? Eu dei-me ao trabalho de ir lá medir a entrada dos eucaliptos e o caminho tem três metros e setenta. A entrada na Rua da Águia Negra tem quatro metros e no caminho do Cerro da Águia temos outra entrada com quatro metros. Em setenta por cento do caminho só cabe um carro. Hoje cruzei-me com uma autobetoneira e não consegui entrar, tive de esperar. As obras que estão lá em curso estão todas até dois mil e vinte e um, portanto vamos ter lá mais dois anos de caos, em termos de trânsito. Quero saber como é que se define o Plano para aquela zona? Porque quando fui para lá viver, há cinquenta anos, os senhores eram muito rigorosos, inclusive foram com o meu projeto. Cada casa que lá é construída, tem três pisos, piso zero, piso um e piso dois. A cércea é seis metros, antigamente era só rés-do-chão e primeiro andar. E há casas com mais de cinquenta anos a serem demolidas e são construídas duas casas, uma é onde era a cisterna, noutras tiraram a piscina e





construíram casas e fizeram a piscina no primeiro andar e a construção que lá estão a fazer não tem nada a ver com aquilo que lá estava. Qual é o rigor que consta no Plano Diretor Municipal para aquela zona?" -----

António Cavaco: "Não tenho perguntas a fazer, só vim assistir, pela primeira vez à Assembleia Municipal. E hei de cá voltar e na próxima vez vou vos trazer perguntas, porque eu também vivo no Cerro da Águia." -----

Miguel Coelho: "Boa noite a todos, Presidente da Câmara, Presidente da Mesa desta Assembleia, membros da Assembleia e público em geral. O assunto que trago é referente ao ruído proveniente de colunas que estão fixas no teto da Marina de Albufeira. Desde dois mil e dezoito que a empresa Várzeamar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda., Algarexperience, utiliza colunas para chamamento dos seus clientes, que geram incomodidade. Fazem chamamentos estridentes, em várias línguas, muitíssimas vezes por dia, para que os seus clientes, passageiros embarquem na porta número cinco. Vossas excelências, a Câmara, propuseram a realização de ensaios acústicos, por empresa creditada, na minha habitação. O Regulamento Geral do Ruído determina que os ensaios e medições devem ser executados na habitação mais próxima da fonte produtora de ruído, que neste caso se situa a cerca de vinte metros de distância. A minha habitação está a mais de cinquenta metros de distância. A minha pergunta é muito simples: Porque motivo a Câmara Municipal de Albufeira permite que na Marina de Albufeira não se cumpra o Regulamento Geral de Ruído?" -----

Pedro Fernandes: "Boa noite a todos os presentes. Vivo em Ferreiras, na Avenida Doze de Julho, gostaria de pedir a vossa colaboração ou, se possível, um parecer. Junto aos semáforos que antigamente tinham limitador de velocidade, tem uma escola, Vale Serves, eu habito nesse prédio e nós temos, todas as noites, corridas, tanto de mota como de carros, em que infelizmente eu tive de testar, o semáforo fecha se passarmos a menos de oitenta quilómetros por hora, se passarmos a mais de oitentas não fecha. Todo este acontecimento acontece tanto durante o dia como durante a noite. Gostaria de pedir a vossa colaboração. Temos imagens de vários carros a mais de noventa ou cem e é um perigo constante." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos. A senhora Alice Jorge, moradora no Pinhal, já fez referência ao terreno próximo da sua casa, que está em más condições de limpeza. Penso que a Câmara poderá fazer uma notificação à senhora, pode depois deixar a morada? Não sei se sabe a morada do proprietário." -----



Alice Jorge: "Não conheço, se conhecesse tinha abordado o dono para tentar. O dono faleceu, que eu conhecia, dos herdeiros que dizem que tem eu não sei onde estão. Aquilo está mesmo perigoso, se forem lá ver a árvore está em cima da minha casa." ----

Presidente da Câmara: "Depois, tem a questão do caminho para pavimentar, Beco do Escarpão. A questão dos abrigos é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, uma vez que aquela estrada, N125, na altura que fizeram a pavimentação e o arranjo retiraram os abrigos e ainda não os colocaram. A única coisa que posso fazer é um ofício para as Infraestruturas de Portugal, que já fiz um, mas posso fazer mais, a pedir que coloquem, ainda antes deste inverno, porque é lamentável que ainda não os tenham postos. Fazer o ofício para as Infraestruturas é a única coisa que aqui podemos fazer. Relativamente à estátua do Beato Vicente irei ver como estão as situações. Em relação à questão dos estupefacientes é um assunto da Guarda Nacional Republicana, estão alertados para essa situação, já fizeram algumas operações, ações em Albufeira, segundo sei e de vez em quando fazem uma ação. Vou transmitir à Guarda Nacional Republicana uma vez mais, nesse sentido, a ver se se consegue minimizar ou resolver o problema, que não é fácil de resolver. Relativamente às passadeiras, não é só aquela, estão muitas com pouca visibilidade. Daí que estamos a substituir passadeiras de pintura para passadeiras feitas em pavê, que nunca mais vai ser necessário pintá-las. Porque as tintas são de uma qualidade que não percebo como é que se faz uma pintura e passados menos de oito dias já estão pretas. Já pedi aos serviços para se fazer experiências com algumas tintas, para num processo experimental, ver qual a que mais dura. Vamos lá ver o que se consegue agora no inverno, porque o verão, à partida é pior que o inverno. Na Rua Cândido dos Reis, em relação ao cheiro, está aqui o engenheiro Batalha, que vai ver o que se passa, nessa área dos cheiros nas sarjetas ou nos sumidouros. Em relação ao Conselho Municipal da Juventude, é à semelhança do Conselho Municipal de Turismo, que já assinei a convocatória para dia oito de outubro. Estou também a preparar a questão do Conselho Municipal da Educação e o Conselho Municipal da Juventude será de seguida, esperando estar completo, penso que mais um mês, no mês de novembro haver a primeira reunião. Relativamente às questões levantadas do Cerro da Águia, nada mais posso dizer que, segundo o que os técnicos dizem, estará a ser cumprido as regras do PDM. Evidentemente que é uma zona com muita pressão imobiliária, urbanística, não tem grandes acessos, estamos a preparar o acesso, lá em baixo à entrada ou saída do



Cerro da Águia, que é muito estreita e é perigosa até tentar resolver aquilo de uma forma diferente. Quanto ao resto, penso que poderá ser feito um Plano Pormenor para evitar todas essas situações que possam ocorrer ainda mais construção posteriormente." -----

Maria Cavaco: "Mas a Câmara não pode ceder à pressão urbanística." -----

Presidente da Câmara: "Obviamente que a Câmara não pode ceder às pressões urbanísticas, mas a Câmara tem que aprovar construções, desde que cumpram as regras existentes nos planos. Não podemos ter um PDM ativo, completamente legal, vindo um projeto à Câmara, de uma forma enquadrável naquele PDM e nós dizermos que não se pode construir. Isso não se pode fazer. O que nós podemos fazer é, eventualmente, iniciar a elaboração de um Plano Pormenor e suspender as medidas e tentar perceber essa situação, porque de outra forma não há processo de dizer que não é possível num sítio onde é possível, isso é que não, não podemos. O Sr. António Cavaco não fez pergunta nenhuma, o Miguel Coelho falou no ruído, na questão do cumprimento do Regulamento Geral do Ruído, na questão da Marina da Algarexperience, penso que o Sr. Vereador Rogério estará dentro dessa situação e se quiser acrescentar alguma coisa. A Avenida 12 de Julho, a questão dos semáforos já tomei aqui nota para se resolver essa situação, parece contraditório, mas os semáforos também avariaram, vou já mandar ver isso amanhã."-----

Vereador Rogério: "Boa noite a todos. Sr. Miguel Coelho por coincidência assinei um ofício que acho que ainda não recebeu. É evidente que este assunto, que você expôs da emissão de som pelas colunas através duma empresa na marina, já é recorrente, já vem desde o ano passado. Já trocámos algumas conversas, já trocámos alguns ofícios e, como lhe estava a dizer, assinei mais um ofício para lhe enviar porque nós não temos mais nenhuma reclamação, de mais ninguém que habite naquela Marina. Logo, nós não podemos ir exigir a um outro morador para fazer uma medição na casa de outro morador para ver se ele está a ser incomodado com o campo sonoro que é emitido nessas colunas ou não. Nós temos de fazer medição na sua casa Sr. Miguel, se você não permite que façamos na sua casa não temos como ir lá corrigir o campo sonoro. É a única questão que estamos aqui sempre a andar com o assunto para a frente e não conseguimos chegar a um "bom porto". Já lhe tinha explicado pessoalmente, verbalmente, já lhe fizemos isso num email, e, como você fez nova exposição há pouco tempo voltei a fazer um ofício que você vai receber a propor-lhe que façamos a





medição na sua casa. Estamos disponíveis, temos empresa certificada, porque você está a dizer que o Regulamento Municipal do Ruído obriga a que seja feita a medição na habitação mais próxima. Isso é para definir o campo sonoro, mas é para o programa motorização quando o estabelecimento emite ruído após as vinte e quatro horas no período noturno de verão e vinte e três no período de inverno, não é naquele caso em concreto, nós não podemos exigir para aquele caso, um programa motorização. Agora que temos uma reclamação, podemos ir através da Lei Geral do Ruído, fazer a medição na sua casa e definir o campo sonoro para o caso que está lá em concreto." -----

Maria Cavaco: "Sei que há muita pressão, mas de uma casa, que é demolida fazem duas casas. Como lhe disse, desde dois mil setenta e quatro fogos, a uma média de dois carros por fogo, faça as contas como é que se vai circular lá no Cerro. Acho que deviam estudar o Plano ao pormenor, não é autorizar primeiro a construção e vão ver depois. Porque aparece no mapa, um terreno com cinco mil metros, mas e como é que se chega ao terreno? Essa parte também é importante ver. Não é só porque pode lá construir que vai construir."-----

António Cavaco: "O senhor falou em PDM, quem são as pessoas responsáveis pelo PDM dentro da Câmara? São os engenheiros? É o senhor Presidente? Vivo no Cerro da Águia, não sou contra o progresso, sou a favor de todos esses projetos que fazem. Gostaria de saber como é que se constrói uma habitação, numa barraca onde o jardineiro colocava as ferramentas para o seu dia-a-dia. E ao lado, onde existia a habitação, em princípio a Câmara aprovou, porque aquilo que vejo é uma moradia com três pisos. A mim não me afeta, mas eu noto que, quem está por trás, no lado oposto da estrada, afeta. Quando chega aos sinais, é lamentável, porque as estradas não têm largura, não existe um espaço que poderia muito bem ser utilizado, para que os camiões, ou quem lá passa, encoste ao lado, para se poder passar. Eu gostaria de saber que planos é que a Câmara tem para o futuro, para resolver esta situação. Porque existem os entroncamentos, quando vêm e baixo e de cima, se não acontecem acidentes é porque ainda não aconteceram. Sou a favor que façam mas têm de obedecer a regras e por certo que no PDM devem existir regras. Ou assinam-se projetos em cima do joelho? Não pode." -----

Miguel Coelho: "Senhor Vereador Rogério Neto, muito obrigado pela sua intervenção. Gostava de lhe dizer que vou autorizar que façam as medições na minha casa, se é por aí, vou autorizar, mas deixe-me dizer que está a distorcer o que está previsto no



regulamento. Porque eu não tinha de estar aqui a reclamar nada, quem produz o ruído é que tem de provar à edilidade que não incomoda ninguém. Foi esse parecer que a Câmara deu à empresa Várzeamar e foi desse parecer que eu fiz um pedido de informação à Câmara, assinado por si, e muito bem, elogiei-o até quando falámos pessoalmente, que está bem feito. A posição da Câmara é bem clara: podem usar o microfone, para efeitos de chamamento, desde que não criem incomodidade. Mas estão a incomodar-me. Agora vocês vão querer provar o contrário. Basta ir à Marina de Vilamoura, o som é direcionado, o senhor está a passar em frente a um estabelecimento e ouve o ruído daquele estabelecimento, meia dúzia de metros ao lado já não ouve o ruído desse estabelecimento, ouve o que está a ser reproduzido nesse sítio. E você vai andando ao longo do "deck" e ninguém incomoda ninguém. Aqui não, aqui estão a produzir chamamentos, que dá impressão que o espaço aéreo é daquela única empresa e são imensas empresas que lá trabalham. Se a moda pegar e todas as marítimoturísticas tiverem de chamar os seus clientes para embarcar, nem quero imaginar, aquilo vai parecer uma feira, parece-me a mim. É uma empresa que está a chamar para os para-quedas, em português, em inglês, em francês e o que é que eu tenho a ver com isso? Sou obrigado a ter que ouvir isso, independentemente do que está estabelecido no regulamento? Estão autorizados a fazer as medições na minha casa." -----

Alice Jorge: "O senhor Presidente respondeu a todas as minhas questões, menos a do tal muro de pedra, que gostava que pelo menos vissem, para retirar, para termos visibilidade."-----

Pedro Fernandes: "Obrigado pela boa notícia, o semáforo da Avenida 12 de Julho está em pleno funcionamento, infelizmente são as pessoas que gostam de fazer corridas na avenida. O semáforo funciona a cem por cento, a questão é que as pessoas não têm senso comum e na minha opinião, talvez uma lomba pudesse solucionar a questão das "corridas". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente a quem é responsável pelo PDM, no município, é a entidade Câmara Municipal, com os pareceres dos técnicos, arquitetos e engenheiros e com o poder político a aprovar ou não aprovar. Nem tudo é aprovado. Vou mandar ver todas essas situações que foram levantadas, não sendo eu da área urbanística, com certeza que não estarei à altura para lhe responder se há lá situações ilegais ou não.



Relativamente à questão do semáforo, tinha percebido que era o semáforo que estava avariado e assim resolve-se isso."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor António Cavaco e senhora Maria Cavaco, por acaso não têm o número do alvará dessa casa que os senhores fizeram referência duas vezes, dos três pisos?"-----

António Cavaco: "Eu não tenho, mas poderei pesquisar, porque devem ter lá, por lei."---

Presidente da Câmara: "Amanhã vou mandar lá a fiscalização."-----

Maria Cavaco: "As últimas construções que vi lá, uma é da "Perfil Radical" e outra é "Ponte Clair", é o que diz no alvará. A data de finalização é de dezanove do seis de vinte e um."-----

Presidente da Assembleia: "Tem lá o aviso com o número da obra, o número de alvará de construção e a data da deliberação também?"-----

Maria Cavaco: "Está lá tudo."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Para responder à D. Alice Jorge que já estiveram várias vezes na Junta. Quanto à limpeza dos terrenos, enviámos para a Proteção Civil, os abrigos dos autocarros falei com uma pessoa da mesa e foi-nos dado o email da Estradas de Portugal, a Junta fez um email a solicitar que fossem repostos os abrigos e até à altura não recebemos resposta nem foram colocados, reencaminhámos a situação para a Câmara. Em termos do Beco do Escarpão e do Beco Casa Nova, já mostrei e há vários pedidos de várias pessoas que estiveram lá e podemos provar isso, foram enviados para a Câmara. Juntamente tinha enviado um pedido de estradas que necessitam ser alcatroadas, uns caminhos e outras estradas, que estão em mau estado, penso que são quarenta e seis. Relativamente às pedras e ao pedido para cortar uns arbustos, foram cortados e foi feita a limpeza da árvore junto à estrada. As senhoras tinham solicitado na junta e falaram aqui, pôr lá lombas, passam lá muito depressa naquela zona do Escarpão, também foi reencaminhado para a Câmara. Era só para vos informar que foi dada a minha palavra, e como são assuntos da Câmara, mas como falaram na Junta era só para saberem as diligências que a Junta tem feito. Aliás se quiserem estou disponível para irem lá e verem as diligências que



têm sido feitas pela Junta. Relativamente à Avenida, nós temos feito aqui várias diligências, não é só a Avenida doze de Julho, também na Avenida da Malhada Velha, temos tido lá grandes problemas que as pessoas também passam lá com excesso de velocidade e então temos ali três Avenidas, a doze de julho, a malhada Velha e a vinte e cinco de Abril, e temos solicitado várias coisas, entre lombas principalmente. Lombas se calhar não é o mais adequado mas se fizessem duas ou três rotundas, se fizessem uma rotunda na Estação, eles já não conseguiam passar ali àquela velocidade que passam ao pé da escola. Se fizessem outra rotunda naquela curva das Fontainhas, que é muito perigosa, as pessoas aí também não conseguiam passar como têm feito. Há várias soluções que a Câmara pode tomar e acho que vai tomar em conta e que por acaso tem estado a fazer um excelente trabalho ultimamente, em termos de várias coisas lá nas Ferreiras, penso que vão tomar nota e conseguir fazer. Penso que era só isso, as questões foram feitas relativamente à freguesia de Ferreiras. Aliás, hoje tive a mandar mais um ofício para as Infraestruturas de Portugal a pedir para fazerem uma passagem aérea ou para fazerem uma rotunda no sítio das Fontainhas, porque se nós quisermos ir à parte Norte das Fontainhas temos que fazer sensivelmente três quilómetros para um lado e três quilómetros para outro, dependendo do sítio onde nós estivermos. Tanto que a mim acontece muito, que por acaso a Câmara está lá a fazer uma obra de iluminação pública e eu cada vez que quero ir lá tenho de fazer três quilómetros: se vier da Junta para passar para a parte Norte das Fontainhas tenho de ir à rotunda, como quem vem da Patã de Cima ou seja do Pinhal e volto para trás para vir às Fontainhas, para vir à parte Norte das Fontainhas. Senão, se quiser vir do outro lado tem de se vir às Ferreiras, passar pela estrada que se chama Estrada do Norte, Estrada da Eira e faço mais ou menos três ou quatro quilómetros para outro lado. Portanto, é uma situação que já alertámos a Câmara e penso que estão a tomar medidas sobre isso, porque está um Pano de Mobilidade a decorrer na Câmara e penso que o Plano de Mobilidade irá contemplar pelo menos esses acessos, e se temos um plano de Mobilidade temos de ter as coisas mais ágeis, penso que seja isso, e da minha parte é tudo, muito Obrigado. Se quiserem algum esclarecimento passem pela junta, estou disponível. Obrigado." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite. Pegando numas palavras que foram ditas sobre as Ferreiras, queria salientar que realmente o semáforo junto à escola de Vale Serves, o que acontece é que a célula não tem capacidade de reagir à aceleração brusca de um



carro ou de uma mota. Já vi aquele truque acontecer ali, o que acontece é que aproximam-se relativamente perto do semáforo, vêm já a uma certa velocidade e ali aceleram bruscamente e o semáforo não consegue reagir. De modo que passam sempre em verde, não são autuados por isso, mas vão em excesso de velocidade, não vão a cinquenta, vão a noventa ou cem. É perigoso, há ali uma escola. Falo também da 25 de Abril, que é do outro lado da rotunda, como quem vai para o Algoz, e perto de onde seguia a antiga 125, que depois foi cortada, mas a estrada segue para o Algoz. Nesse cruzamento, os carros aparecem ali a uma velocidade, há um semáforo depois da Cruz Vermelha, mas esse semáforo raramente está a funcionar e mesmo quando funciona não é respeitado. Como não é respeitado, as viaturas vêm em alta velocidade, porque já vêm de uma reta muito grande da Malhada Velha e entram nas Ferreiras em excesso de velocidade, a curva é larga e continuam em excesso de velocidade. Logo a seguir tem um cruzamento, por um lado vai para o Tomilhal e para o outro lado vai para a escola das Ferreiras. Nesse cruzamento há uma passadeira que está semiapagada e tem um semáforo, que também ninguém respeita e também só funciona às vezes. Aí passam imensas crianças de todas aquelas urbanizações. O aumento da população das Ferreiras, naquela zona, é notório e muita criança passa por ali. Muitas vezes os pais vão com eles para atravessar, não os levam à escola, é só para atravessar a 125, porque têm medo. Penso que realmente se tem de arranjar uma solução, se calhar uma rotunda que obrigaria a uma circulação mais vagarosa, talvez uma lomba, mas a lomba é aborrecida para muita gente, os carros fazem barulho nas lombas, as pessoas que estão ali a dormir são penalizadas por isso, se calhar uma rotunda ali fazia todo o sentido." -----

Francisco Oliveira: "Boa noite. Gostaria de levantar algumas questões. Uma delas era para me congratular pelo facto de terem sido aprovados os valores que serão distribuídos às Juntas de Freguesia. Ou seja, ao fim de seis anos e de grande debate, foi realmente agora aprovado e penso que virá na próxima Assembleia Municipal essa mesma informação. De facto, só agora chegou mas, mais vale tarde que nunca, portanto congratular-me com essa disponibilidade e com essa intenção da parte da Câmara Municipal. Uma questão menos relevante, mas que também tem a sua relevância, tem a ver com a questão da rampa que vem do Inatel e passa pelo Alísios, que vem para a zona das Três Palmeiras. Aquando do verão, os veículos estacionam dos dois lados, um dos lados é parque, o outro não. Para além do facto de os veículos estarem





estacionados é completamente impossível alguém circular, a não ser pela estrada. Havendo estacionamento dos dois lados, é muito difícil um autocarro ou um veículo mais pesado poder cruzar-se com outros veículos. Para além do enorme movimento que aquela estrada tem, que vem gente da baixa para a Oura, da Oura para a baixa e é mesmo muito difícil conseguir passar pelos passeios, há problemas com os carrinhos de bebé. A sugestão que faria aqui seria a colocação de pilaretes num dos lados, uma vez que o outro é parque, permitindo assim ter um passeio. Outra questão, quanto a nós bastante mais importante, tem a ver com o PDM. De facto, temos andado a solicitar algumas reuniões no sentido de esclarecimento do PDM, a informação que me tem chegado é que o PDM está em vias de estar pronto, portanto não faltará muito para o efeito. A verdade é que continuamos sem grande informação sobre as opções a tomar e não queremos entender que se arraste por mais algum tempo. Ele esteve suspenso durante algum tempo, mas que não se atrase, até porque sabemos que o PDM terá agora uma concessão um pouco mais limitativa, não será tão abrangente e nem permitirá aquilo que os primeiros poderiam permitir. Portanto, é natural que essas questões tenham de ser debatidas, porque se não houver a capacidade, como parece ser essa intenção dos decisores, de aumentar, por assim dizer, área urbana, perímetro urbano, é de facto conveniente definir a estratégia relativamente à forma como o PDM de segunda geração será aprovado. Mais uma vez, colocaria ao senhor Presidente um voto de agendarmos as reuniões com os responsáveis do PDM, no sentido de se perceber qual o caminho que se pretende para Albufeira. Deixaria esse repto." -----

Pedro Coelho: "Boa noite. Gostava de centrar as primeiras intervenções nas festividades da Festa do Pescador e gostaria de abordar a Festa do Pescador em dois prismas. Um, a identidade cultural, a Festa do Pescador é a festa dos pescadores, é por isso que assim foi criada e é isso que se tenta homenagear ou festejar naqueles dias. O que quero dizer com isto é que sobre identidade cultural da comunidade piscatória aquelas festas não têm nada. Este ano tínhamos um "lettering" a dizer Festa do Pescador, tínhamos umas redes penduradas no stand do município e tínhamos umas redes e artes de pesca no stand da Associação dos Pescadores. Só isto, eram estes os símbolos da comunidade piscatória presentes naquelas festas. Isto parece-me uma descaracterização total da origem da cidade, da origem do destino turístico de sol e praia que aqui temos. Não gostaria de deixar de fazer esta reflexão, porque parece muito importante que essa identidade não seja perdida totalmente, porque senão



teremos neste destino turístico como teremos num qualquer por essa bacia do Mediterrâneo fora. Poderíamos estar a falar de coisas tão simples como as artes de pesca, como os barcos, como fotografias, há imensas possibilidades para fazer alguma alusão a essa comunidade piscatória. Acresce também a esta questão da falta de alusão à comunidade piscatória o défice de valorização do espaço público identitário da cidade, que nessa deslocação às festas é visível. Por uma questão de défice e limitação de estacionamento, temos de estacionar por vários locais da cidade e se tivermos numa zona das colunas, característico desta cidade, quando olhamos a cidade ao longe, do alto da colina vemos alguns elementos que desapareceram, um deles é a Torre Sineira. A Torre Sineira continua sem luz, vemos outros elementos que desapareceram deste imaginário de Albufeira, que esse imaginário é o que se vende aos turistas. Acho que é importante ter estas reflexões nesta sede. Por outro lado, outro prisma, que também me agradou, mas que vi com alguma surpresa e expectativa, foram as questões das boas práticas ambientais anunciadas para a Festa do Pescador. Algures, em Junho, houve uma nota de imprensa que circulou por vários meios de comunicação social, do executivo e da JSD, que fez uma proposta sobre os copos reutilizáveis. A surpresa foi porque não era uma proposta do executivo, ou dos serviços, mas uma proposta externa, mas tudo bem, pode assim ser. Quando digo expectativa, vamos ver como é que a medida é implementada. A questão da implementação é que me pareceu que foi claramente deficitária. Porque o que se queria fazer, a origem da medida era não gerar resíduos, daí os copos reutilizáveis, mas deixo a questão, quantos copos se venderam e quantos foram reutilizados? Desconheço, mas o que vi é que a quantidade de pratos e talheres descartáveis era significativa. Como seria de esperar, qualquer tipo de medida daquele género não podia só passar pelos copos, tinha que ter pratos. Mas mais além, podem estar a pensar como é que tínhamos tempo ou capacidade para substituir pratos e copos? Poderíamos ter, no mínimo faríamos uma coisa, faríamos a reciclagem daquele material. Porque todo aquele material vai para reciclagem e o que vimos foi um senhor a recolher todo esse material para um saco indiferenciado e tudo ia para o mesmo sítio e ao lado tínhamos meia dúzia de copos pelas mesas reutilizáveis. O que quero dizer com isto é que aquela medida foi claramente ineficaz. Não houve uma apropriação dos serviços, tanto dos serviços do turismo como do ambiente, da medida em si. Houve uma medida que foi plantada, por cosmética naquela iniciativa cultural, há muito que já poderia ter sido feita, porque é uma prática corrente em vários locais.



Era a primeira vez que aparecia num evento cultural, num evento de animação turística, seria bem-vindo se tivesse sido implementada de forma correta e com impactos significativos e positivos, o que me parece claramente que não foi. Por fim, a questão do PDM é uma questão que temos vindo a aflorar, quase em todas as sessões ordinárias, temos a informação do Presidente e temos vindo a fazer referências à necessidade de esclarecer como é que o PDM está a ser desenvolvido, quando é que vamos ter uma sessão de esclarecimento, quando é que há uma participação à sociedade da fase do PDM e das pronúncias ou pelo menos, conhecimento que possam ter das fases. Esse processo tem vindo a ser arrastado, tanto para a participação pública em geral, como para os membros da Assembleia. Esta questão que foi colocada aqui é uma questão pertinente, porque foi dado um exemplo concreto de uma zona territorial, mas podemos estar a falar de várias zonas do concelho, que estão a sofrer um aumento da pressão urbanística, que é normal, porque a economia assim o dita. Esta questão só é permitida porque continuamos com um PDM de noventa e cinco, quase que estamos em dois mil e vinte, vinte e cinco anos depois, estamos com um PDM igual. E este PDM igual vai fazer uma coisa perante o futuro, que está em planeamento, não sei em que fase está, é que pode perder totalmente a eficácia do novo PDM. Isto é, se naquela zona é uma zona para construir de determinada forma como o novo PDM diz, então não podem ser licenciadas neste momento construções que vão meter em causa o PDM. Poder, podem, mas há ferramentas para o impedir. Pode-se fazer uma suspensão parcial do PDM numa determinada zona, se isso for de tal forma conflituante com o novo instrumento. Porque o novo instrumento perde totalmente eficácia se isso não for feito, por isso esta questão vai-se generalizar pelo território e podemos estar confrontados a certa altura com o novo PDM tendo eficácia, claramente, reduzida porque o PDM anterior esgotou a sua eficácia. Estamos aqui todos para ver quais são as zonas onde isso acontecerá."-----

Presidente da Câmara: O Francisco Oliveira falou na questão das transferências dos valores para as juntas de freguesia. Não vou transferir valores, vamos transferir competências e, em consequência, dentro dessas competências estão os valores, o importante aqui não é a questão do dinheiro são as competências que se transferem que contam, obviamente que o valor é uma consequência mas a causa são as transferências e digo que não andamos há seis anos, a Câmara, embora não me competisse a mim estar a fazer isso nessa altura, há seis anos andávamos a transferir



há menos anos, pense lá bem um bocadinho não são bem seis anos. Relativamente à questão da Av. Infante D. Henrique pois é uma verdade mas compete à Guarda Nacional Republicana também multar ou admoestar pelo menos os carros que estão estacionados no passeio do lado do mar, que não tem, salvo erro, lá sinal de estacionamento. Mas é uma boa ideia essa solução dos pins pois é o que se tem posto ao longo de Albufeira. Relativamente ao estacionamento pois se nós queremos que haja pessoas na praia e queremos o turismo com alguma pujança e para a atividade económica da qual dependemos grandemente, necessitamos com certeza de ter algumas prevaricações, nessa altura com certeza que há muitos carros, muitas pessoas, tem de haver muitos carros necessariamente, por isso estou a estudar neste momento a questão de parque de estacionamento para que possamos corresponder à questão das necessidades das nossas praias e não só. Relativamente à questão do PDM ficou logo respondido. O PDM obviamente que é um documento extremamente importante, mas eu perguntava ao Sr. Pedro Coelho onde é que no Algarve qual é o Município que tem o novo PDM aprovado. Relativamente à questão da identidade cultural das Festas do Pescador evidentemente é uma opinião. As Festas do Pescador foram iniciadas até, veja a ideia, há 22 anos com o Rancho Folclórico de Albufeira. Foram organizadas pelo Rancho Folclórico de Albufeira e não vem mal ao mundo mas de qualquer das maneiras evidentemente podendo haver com certeza atitudes completamente diferentes e animação completamente diferente. Pode haver, isso tem de ser obviamente avaliado e tudo tem de ser pensado de alguma forma. Relativamente à questão que falou da proposta externa, falou que a JSD entregou um documento, vamos lá a ver: seremos maus se não ouvirmos as pessoas de fora, ouvindo as pessoas de fora também somos maus, então já não sei o que é que isso significa sinceramente, acho que essa foi uma saída um bocado fora do contexto. Relativamente à questão da parte dos copos reutilizáveis e não outro tipo de material nomeadamente pratos, pois significa o quê? Falei nisso precisamente aos serviços e o que me disseram foi que as associações ainda tinham algumas coisas em depósito em stock e não podia estar a mandar aquilo fora, evidentemente que é uma justificação que se aceita ou não se aceita mas é uma justificação e com certeza num futuro muito próximo essa situação irá ser completamente resolvida e completamente alterada."-----

Pedro Coelho: "Passo a esclarecer as questões mal-entendidas. Começando pela questão da JSD, não houve mal-entendido o que eu acho é que o Sr. Presidente, com os serviços



e com a sua estrutura executiva, consegue implementar essa medida sem vir de fora, mas se vem de fora tudo bem não há qualquer questão, podia ser da JSD, da JS, de uma Associação, o que fosse sem qualquer problema. Agora a questão é a eficácia da medida, a questão é se o executivo, os serviços se apropriaram devidamente da medida, perceberam qual era a medida, geriram a medida e implementaram a medida. O que parece claramente é que isso não foi feito. Porque, eu percebo essa questão das associações e essa questão é normal acontecer e acontece com as associações na Festa do Pescador e pelo país fora e acontece em nossas casas, que é usar o material que temos, tudo bem, normal. Agora não é normal é não levar isso para o sítio certo que é a reciclagem. E é só isso, se estamos neste momento a ter essas boas páticas que íamos implementar na festa então faltou claramente esse pilar, são dois pilares faltou o segundo pilar, ficou coxo. Quanto à questão do PDM, tenho dificuldade em responder dessa forma porque há algum tempo que andamos a perguntar qual é a fase em que estamos, não se lhe sei dizer sem saber desta fase qual é a fase dos demais, mas posso-lhe dizer que sim, no Algarve nenhum terminou, mas suspeito que existem muitos mais à frente do que Albufeira. Mas essa questão pouco interessa o que eu referi foi que há um instrumento, posso dar um exemplo: que é aqui ao lado e não é mau. Loulé em determinadas zonas onde já definiu qual é a estratégia para o território para aquelas zonas, suspendeu o PDM. E não são nem uma nem duas já são três zonas, está isolado, está explicado, está fundamentado, suspendeu atual PDM porque o processo de revisão vai colocar naquele território questões completamente novas completamente diferenciadas do instrumento em vigor e é preciso evitar, porque senão não terá eficácia nenhuma porque iremos exatamente colocar a questão que foi feita e colocada pelo público, que é: iremos tornar de tal forma pressionado pela componente de construção imobiliária e isso vai inviabilizar qualquer tipo de outra solução do ordenamento do território. Este é o exemplo que posso dar e é um exemplo bom a seguir, temos em Loulé mas existe pelo país fora e existem muitos outros casos." -----

Francisco Oliveira: "Sr. Presidente, relativamente à questão do PDM não adiantarei, mas quanto à questão das Juntas de Freguesia, sabe que desde o início do anterior mandato, que a reivindicação relativamente aos valores e às transferências de competências, que não necessariamente os valores, ou seja, as competências implicam necessariamente os valores, tem sido uma reivindicação de todos os Presidentes de Junta, eles estão aqui, sabem isso perfeitamente e teria havido discussões nas





variadíssimas Assembleias Municipais, tendo mesmo nós sido apelidados de não falarmos de outra coisa, de efetivamente sermos uns chatos, porque efetivamente levantávamos as questões quanto a isso. Congratulamo-nos, mais uma vez, pelo facto de se ter feito luz e dessas competências terem sido transferidas e o respetivo envelope financeiro. Pensamos que é esse o caminho e sempre foi esse o caminho que defendemos. Mas volto a dizer, que desde o início do anterior mandato, faz agora seis anos, que são reivindicações que a bancada do Partido Socialista e os Presidentes de Junta sempre vieram a invocar.”-----

Francisco Guerreiro: “Boa noite. Queira congratular-me com o trabalho que a Câmara Municipal está a fazer e tem desenvolvido sobre o saneamento básico em Paderne, com uma abrangência muito grande, que apanha Alcária, Ribeira de Alte, Carrasqueiro, Mato à Vista, faz uma abrangência quase total ou total daquela zona. Isto já vem de alguns anos a esta parte, ainda eu era Presidente da Junta e fiz vários ofícios sobre o assunto, por isso mesmo eu estou satisfeito por isso. Por outro lado, acho que é um investimento bastante grande, segundo informação que tenho, posso estar enganado, ronda os cinco milhões de euros. Fica o meu reparo, acho que a Câmara não se vai esquecer de mais umas coisas que estão por fazer. Por outro lado, queria dizer que houve um tempo, pegando no PDM, que levantei ainda no tempo do outro Presidente e que me foi respondido em mais que uma Assembleia que nesse trabalho iriam ser convocadas reuniões nas Juntas de Freguesia, para que os autarcas e a população tivessem conhecimento do que se estava a passar. Até ao momento ainda não foi feito, espero que o nosso Presidente não se esqueça de promover essas ações. Por outro lado, está a decorrer uma obra, na Avenida da Pista e olho lá para baixo e aquilo é uma linha de água. Não sou técnico, peço desculpa se estou a cometer alguma gafe, mas a verdade é esta, olho lá para o fundo e o que vejo é as tampas de esgoto. Naturalmente o esgoto passa por ali, mas depois também vejo que toda aquela zona está a ser aterrada. A minha pergunta é: será que o esgoto vai ficar a dez ou doze metros de fundo? Se não é assim, poderá haver um plano novo de saneamento? Deixo isto no ar porque não é uma, nem duas, nem três pessoas daquela zona que me falam neste assunto. Ainda hoje lá andei e vejo as tampas, vejo aquilo tudo lá no fundo, mas também vejo andarem a enterrar. Senhor Presidente veja isso e gostava depois de poder responder às pessoas que me perguntam essa questão.”-----



Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da transferência de competências, houve com certeza antes deste termo de "Transferência de Competências" havia o chamado "Delegação de Competências" e isso de alguma forma, embora fosse incipiente e pouco clara, pouco objetiva, ela já existe há alguns anos só que agora que foi mais clarificada à partida vai ficar mais clarificada. Depois aquilo que o Francisco Guerreiro disse aqui relativamente ao saneamento, não é só na zona norte de Paderne mas é também naquela zona ali dos Matos, Matos de Baixo, por aí acima por essa zona também. Relativamente à questão da Av. da Pista irei mandar ver amanhã o que é que se passa, a ser assim, a ser uma rede que está ativa é um bocado esquisito essa situação, um bocado anómala, vamos ser o que é que se passa."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso público para execução da Empreitada de levantamento e reposição/construção e reparação de passeios em zonas pontuais do concelho de Albufeira 2019-2020-2021, pelo valor base de 345.000.00 € +IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

### VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausência: uma (01): Adriano Ferrão -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos



de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----  
A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso público para execução da Empreitada de limpeza e desobstrução das linhas de água do concelho de Albufeira, pelo valor base de 257.000,00 € + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Gostaria, sobre este ponto, de congratular o Município por mais uma vez abrir um procedimento deste valor para estas intervenções, são intervenções bastante importantes para melhorar o escoamento, a macro drenagem do escoamento da cidade. Nem sempre foi feito e tivemos o resultado dessa falta dessas atividades, mas isto leva também a um comentário que o senhor Francisco, há pouco colocou, que a gestão destas linhas de água não é apenas limpar, é depois conseguir conservá-la e conseguir não ocupá-las. A questão que estava aqui e tem mais uma vez a ver com o que o senhor Francisco disse, a questão do ordenamento do território, é se essa linha de água que existia não vai ser aterrada para ganhar espaço, para uma plataforma, para edificar um edifício. Essa é a questão pertinente, que acontece muitas vezes pelo território, é a ocupação desses espaços, que deixam depois de ter a sua função de drenagem, com consequências depois que ficam à vista."-----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para Aquisição de Serviços de Manutenção Completa das Escadas Mecânicas da Praça dos Pescadores, Albufeira, por 1095 dias, pelo valor base de 105.120,00 € +IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE para Fornecimento Contínuo de Material Audiovisual, Eletrodomésticos e Acessórios para as Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, Jardins de Infância outros Equipamentos Pertencentes à Divisão de Educação, pelo valor base e até ao limite de 300.000,00 € + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Vereadora Cláudia Guedelha da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Publico para Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada "Conclusão do Reforço Estrutural do Túnel de Águas Pluviais da Ribeira de Albufeira", pelo valor base de 30.000,00 € +IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Sobre este ponto gostaria de colocar uma questão que está conexas. Recordo-me, no início deste ano de dois mil e dezanove, passou por esta Assembleia a autorização para o lançamento da empreitada. Estando neste momento a autorizar a fiscalização, a pergunta é quando é que a empreitada se prevê iniciar e se for cumprido o prazo, quando é que se prevê finalizar?"-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite. Relativamente a essa questão, ambas as empreitadas estão nesta fase, em fase de contratação. Avançamos neste momento com o concurso relativamente à fiscalização. Das outras já houve concorrentes e estão à espera do contrato para iniciar brevemente, assim que o contrato estiver assinado."-

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana





Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Vereadora Cláudia Guedelha da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada "Remodelação da Rua 5 de Outubro - - 2.ª Fase", pelo valor base de 22.000,00 € + IVA; -----  
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da Empreitada de Pinturas no Pavimento no Município de Albufeira, 2019-2020-2021, pelo valor base de 290.000,00 € +IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Boa noite. Volto à mesma questão de sempre: contratar pessoal, arranjar material e fazer uma equipa para fazer este serviço. Porque este é um serviço que é cíclico, não é uma coisa que se faça hoje e se faça contratação daqui a três anos, para se fazer outra vez, porque daqui a seis meses vamos ter de pintar outra vez o pavimento aqui em frente da Câmara Municipal."-----

Presidente da Câmara: "O problema destas questões é sempre o mesmo, é a questão de arranjar pessoal que é preciso para fazer este tipo de coisas. Já tenho dito, há quinze anos atrás a Câmara tinha uns quarenta e tal funcionários, operacionais, a trabalhar na rede viária e agora se calhar tem dez. Em termos de calçada não tenho nenhum, se dois estiverem doentes, um de férias e três noutra serviço, já não sobra praticamente nenhum. O grande problema é conseguir contratar pessoas para ganhar quinhentos ou seiscentos euros. Não é muito agradável numa zona, onde há muito emprego completamente diferente deste, um bocado mais qualificado, um bocado mais remunerado. Os concursos muitas vezes ficam desertos precisamente por isso, outros que é gente a mais a concorrer. Era uma ideia interessante, mas é um serviço muito específico, de muito acompanhamento, na questão das tintas, era realmente útil ter essa equipa. Porque, isto sendo entregue ao exterior é sempre complexo, até que eles tenham possibilidade e capacidade de vir cá fazer uma série de pinturas. Depois fazem aquelas pinturas e vão embora e depois voltam outra vez."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Renato Pimenta apresentou declaração de voto. (Doc. 1 anexo a esta ata) -----



O Renato Pimenta propôs a discussão, em conjunto, dos pontos oito, nove, dez e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

#### **PONTO OITO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para máquinas da marca Caterpillar, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 9.840,00€ + IVA; -----

#### **PONTO NOVE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para máquinas da marca Case, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.000,00€ + IVA; -----

#### **PONTO DEZ**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Nissan e Mitsubishi, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 57.600,00€ + IVA; -----

#### **PONTO ONZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Scania, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.240,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

**VOTAÇÃO PONTO OITO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete



Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**VOTAÇÃO PONTO NOVE:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**VOTAÇÃO PONTO DEZ:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**VOTAÇÃO PONTO ONZE:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



## PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para a Contratação de Serviços Especializados nas Áreas de Direção, Produção e Conteúdos Artísticos de Entidades Adjudicantes, no âmbito da Candidatura "Promoção Turística e Eventos Culturais - Algarve Central", pelo valor base de 64.000,00 € + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Candidatura da operação "intervenções para mitigação do risco de inundação junto ao Inatel" no âmbito do Aviso n.º 12768/2019 - Adaptar o território às alterações climáticas - Concretizar P-3AC, do Fundo Ambiental, pelo valor base de 317.553,22 € + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Acho que já será a terceira obra para mitigação dos riscos de inundação que nós votamos cá. Estou enganado? A resolução disto, não sou técnico, mas aquilo é um curso de água, só abrindo a céu aberto é que se vai resolver e vamos andar





a fazer obras para mitigação e não vamos chegar a lado nenhum. E vamos continuar a fazer obras para mitigação. A Câmara tem algum plano para resolver aquela situação?”

Presidente da Câmara: “O que está aqui é apenas e só a autorização para a candidatura desta empreitada ao fundo ambiental. A empreitada já cá veio a discussão e vai iniciar-se dentro de pouco tempo. Se resolve o problema todo, como disse na altura, não resolve. Nem sei quando é que resolve, como sabemos, não se sabe qual é o limite da chuva ou da queda de água, numa determinada hora, num determinado momento, em determinado sitio. É uma questão de minimizar um pouco a situação. Mas isto é só a candidatura para o fundo ambiental.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente à proposta de adesão do Município de Albufeira à Fórum Oceano - Associação de Economia de Mar; --  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01): Miguel Pinheiro -----

Ausências: uma (01): Fernando Cabrita -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Pedro



Coelho, Ana Simões, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### **PONTO QUINZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta de alteração do Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento do Município de Albufeira;

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Obviamente que estamos de acordo com esta alteração, que vem incrementar aquilo que a Câmara vinha a fazer. Agora o que temos a fazer, não é com atribuição de subsídios que vamos lá. É com a construção de habitação social e o pagamento de salários condignos às pessoas." -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este regulamento, há pelo menos uma questão técnica que não queria deixar de passar. A questão prende-se com o facto de no artigo nove, número dois, número três e artigo dez, número cinco se permitir, por via de alteração deste regulamento, que seja a Câmara Municipal a alterar, por proposta do vereador do pelouro, os anexos. Anexos esses que são os anexos fundamentais para caracterizar e para definir a quem possam ser concedidos estes subsídios de arrendamento. Portanto, não me parece que seja legal, tendo em consideração que, a alteração de qualquer regulamento, nos termos do artigo vinte e cinco, número um da lei setenta e cinco de dois mil e treze, cabe a competência à Assembleia Municipal. Portanto, isto é uma forma de o executivo poder fazê-lo, sem vir à Assembleia Municipal e por isso mesmo, eu entregaria uma proposta de alteração, relativamente a estes artigos. (Doc. 2 anexo a esta ata). Como digo, é uma mera alteração técnica. Entendemos que este regulamento está bem estruturado, entendemos que, segundo a análise que fizemos, que alarga o âmbito da atribuição destes subsídios, o que nos parece correto, não só famílias muito carenciadas, mas outro tipo de famílias com alguma capacidade, mas que mesmo assim denotam dificuldades em conseguir subsídios



ou arrendamentos de alojamento para o seu agregado familiar. De facto, entendemos que esta questão e estas alterações, que possam vir a acontecer, devido às condições do mercado, devem ser analisadas, devem ser propostas, devem ser decididas, mas têm que, necessariamente ser aprovadas pela Assembleia Municipal. Isto foi pedido também, por membros das Juntas de Freguesia, que houvesse sensibilização no sentido da introdução de um critério, que seria o critério de os residentes das respetivas freguesias. No fundo, para evitar a transferência de população, no caso das freguesias mais pequenas, pelo menos as que estão mais afastadas, que eventualmente pudessem permitir que os residentes tivessem uma ponderação considerada, em função do facto de residirem naquela freguesia." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao Renato Pimenta, falou na questão que não é só o arrendamento que é importante, também a construção. Estamos a preparar projetos para abrir concursos, dentro de poucos dias, em Paderne. Em Albufeira, também estamos a tratar de mais dois. Temos adquirido alguns imóveis no sentido de evoluir com esse tipo de construção. Uma coisa não invalida a outra, são coisas complementares. Relativamente à questão das alterações propostas, não vejo grande mal, até posso concordar com elas. É uma questão de discussão, de análise e de verificar o impacto que isso possa ter." -----

Adriano Ferrão: "Só uma pequena observação, neste tipo de casos, a morosidade é complicada para quem precisa. Por isso, a morosidade do processo e a complexidade que o processo pode ganhar, o vai e vem, a deliberação, forçosamente vai ficar um pouco mais atrasada. E há pessoas que estão em situação de urgência, isso também tem de ser acutelado." -----

Francisco Oliveira: "Uma das razões para que esta proposta seja aprovada sem ir a discussão pública é exatamente a urgência que é permitida por lei. Portanto, o facto de vir à Assembleia Municipal não está a atrasá-la. Estaria a atrasar o procedimento que a lei permite que seja ultrapassado, que é o caso da discussão pública, e com a evocação da urgência que aqui é referida, ela está a vir à Assembleia Municipal, o mais rapidamente possível. A questão da Assembleia Municipal, não será o problema porque não se pode ultrapassar uma questão legal. Já a não discussão pública é permitida por lei e essa está definida por lei e estamos aqui a fazê-lo. Porque, efetivamente, um dos argumentos que aqui é tido, é que há situações prementes, que precisam de ser resolvidas e como tal, nesse sentido, concordamos que não vá a discussão pública, mas



que passe por esta Assembleia. E que não se alterem os critérios e os anexos, sem passarem efetivamente por esta casa, que eu penso que é fundamental para discussão relativamente a estas questões. Mais, não só é fundamental, como é exigido por lei que, qualquer regulamento tenha que passar, quer pela sua aprovação quer pela sua alteração. É mais uma questão técnica do que propriamente política ou mesmo de outro teor." -----

Presidente da Assembleia: "Eu não podia deixar de também intervir aqui relativamente a duas questões. Uma, tenho que concordar com a proposta de alteração e por um critério meramente formal e legal. É que se há uma coisa que deve acontecer nos regulamentos é que os regulamentos devem ser simples, legíveis e de aplicação imediata e claros. Permitir uma fuga ao regulamento sem qualquer controle e alteração a esse regulamento é permitir que o regulamento não tenha conteúdo e, portanto, é permitir que o poder da Assembleia Municipal, que é de aprovar regras que sejam aplicáveis a determinados casos, apliquemos uma regra que serão aplicados nos casos em que forem aplicáveis, e sem passar pelo controlo da Assembleia Municipal. Permitir que o regulamento seja alterado naquilo que é a sua base mais essencial é permitir que a Assembleia Municipal aprove uma norma vazia de conteúdo. E é só isto, e como tal será aqui uma coisa muito simples, é que viola aquilo que é essencial na concretização do regulamento e como tal se é contrária a lei, é não escrita, e se é contrária à lei e não escrita e se temos essa consciência ao estarmos a permitir essa deliberação, fogue-nos aqui ao que é o nosso principal papel da Assembleia, que é só de permitir que as deliberações que aqui sejam tomadas sejam exequíveis e de fácil interpretação para os membros da Assembleia bem como para o cidadão em comum. Não se coloca felizmente aqui a questão de saber se há alteração ou não porque este princípio desta urgência faz com que a discussão pública não tenha lugar, senão estaríamos aqui a discutir a questão da alteração com a discussão pública, e, portanto, também deixo em bom rigor a jeito de declaração de voto que, se for aprovada, obviamente respeitaremos o período dos mínimos atendendo à urgência, penso que será consonante a todos os membros da Assembleia Municipal a que um pedido do Sr. Vereador ou da Câmara Municipal ou do Sr. Presidente da Câmara que seja, não respeite os oito dias de antecedência e, portanto, seja considerado como um assunto urgente para vir no estrito prazo dos cinco dias à Assembleia Municipal". -----



Francisco Oliveira: "A questão, para além da questão formal falada, tem implicações, é porque qualquer adjudicação deste tipo de subsídio está sujeita a impugnação, caso este regulamento não respeite a lei, estaríamos a andar para trás, seria bastante mais pernicioso do que vantajoso. Portanto, o facto de se querer andar com rapidez traria problemas de impugnação do próprio concurso, ou da própria adjudicação relativamente aos subsídios, portanto é preferível acautelarmos uma fonte do que depois estarmos a tentar aqui resolver à posteriori". -----

Renato Pimenta: "Com ou sem as alterações?" -----

Presidente da Assembleia: " Se ninguém se opuser eu poria à votação o regulamento e depois a alteração ao regulamento. Porque assim poderão votar favoravelmente uma e abster-se na outra. Porque é uma alteração, não é uma proposta, a não ser que a Câmara Municipal absorva na sua proposta a proposta de alteração, e aí deliberamos só como um único documento. Agora temos dois documentos, um documento da Câmara Municipal e temos a proposta de alteração a incluir no regulamento. Eu só posso incluir a alteração se ele for aprovado, temos que ir primeiro à aprovação do regulamento. Melhor, a deliberação separada, é isso que o Sr. Presidente está a dizer. O Sr. Presidente não incorpora a proposta de alteração no regulamento, vamos deliberar o regulamento e a seguir deliberamos a alteração do regulamento". -----

Presidente da Câmara: "Então quer dizer que não há dificuldade, ou há dificuldade? O que queria saber é se existe dificuldade em aprovar uma coisa com que não se concorda, o certo é que é ideal, mas só pode ser alterado se aquilo estiver aprovado, se existir. Se não existir não pode ser alterado. Isso é lógico, agora se não existir essa dificuldade não vejo grande problema que seja incorporado na proposta da Câmara essas alterações". -----

Presidente da Assembleia: "Mas, Senhor Presidente, é como diz, nós só podemos alterar o que estiver aprovado". -----

Renato Pimenta: "Só queria fazer uma chamada de atenção: esta proposta não é do Presidente da Câmara, é do executivo. O executivo teria de ser consultado para isto ser incorporado". -----

Presidente da Assembleia: "Quem representa aqui pode-o, o Sr. Presidente da Câmara. Eu percebo, eu percebo o que está a dizer, mas é que, repare, se o Presidente da Câmara, que é quem representa o executivo, a proposta está alterada, porque senão é muito simples: ou temos urgência na aprovação, e aqui justifica-se a não ida à discussão





pública, ou não temos urgência e o que aqui estamos a fazer somos nós a querer com a legalidade e a formalidade toda a remeter novamente para uma nova deliberação. Eu não discordo, pelo contrário, mas agora a questão é esta: Nós só podemos votar. Temos duas questões: vamos fazer os ovos ou vamos fazer a omelete, se bem que já há ovos empacotados, mas aqui não se trata disso. É muito simples, eu só posso alterar o que estiver aprovado. O poder da Assembleia Municipal reside em alterar algo que tenha sido aprovado. Ou aprovamos o regulamento e as alterações ao regulamento e a seguir aprovamos as alterações à alteração do regulamento e aqui ficamos com a redação que todos queremos, que é uma questão formal, ou como diz, e aí também já não ponho em causa, já não ponho ao Sr. Presidente a questão da alteração da deliberação do que vem do executivo, ou seja do órgão Câmara Municipal e não do executivo, vem do Órgão Câmara Municipal e como tal temos que votar a remoção do ponto, para remessa à Câmara Municipal. Agora, se todos temos consciência que se trata de um documento importante para os munícipes, se trata de um documento importante para a gestão do assunto que todos nós estamos sempre a reclamar e se houve a urgência de evitar a discussão pública... É que isto, reparem, não é menos de um mês, é muito mais. Porque nós temos Assembleia Municipal, com os prazos da Câmara Municipal, no mínimo dos mínimos um mês." -----

Francisco Oliveira: "Para resolvermos a questão formalmente, votaremos favoravelmente o regulamento, com declaração de voto, de que ele será votado com a condição de que as alterações sejam aprovadas. Aí resolvemos a questão e posteriormente votaremos as alterações e resolve-se a questão. Escusamos de mais discussões estéreis e jurídicas relativamente a esta situação." -----

Presidente da Assembleia: "Ela não foi estéril porque produziu efeitos. Vamos colocar a votação o regulamento e as alterações ao regulamento." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01): Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira -----

Abstenções: uma (01): Ana Ramos -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado,



Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Francisco Oliveira: "A nossa declaração de voto tem como objetivo a aprovação, sob condição, da aprovação das alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do partido Socialista." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "O meu voto contra é porque toda a gente está a dizer que isso viola a lei e estamos a votar a favor e não posso concordar. Embora se faça as alterações depois, estamos a aprovar uma coisa que toda a gente diz que não está bem." -----

Renato Pimenta apresenta declaração de voto. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata.) -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO APRESENTADA PELO PS:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de autorização de aquisição de uma fração autónoma designada pela letra "A" do prédio urbano constituído sob o regime de propriedade horizontal na Rua do Parque, nos Olhos de Água, Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Concelho de Albufeira, composto por parque de estacionamento com 305 lugares cobertos, pelo valor de 2.800.000,00 €; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Gostava de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara. A Câmara Municipal quer comprar trezentos e cinco lugares de estacionamento nos Olhos



de Água, para quê? Para explorar diretamente, para entregar a terceiros ou para abrir ao público de forma gratuita?" -----

Francisco Oliveira: "Na sequência do que referiu o Renato Pimenta, para além da resposta que o senhor Presidente, eventualmente, irá dar, nós entendemos que não há aqui uma definição da política daquilo que são os parques de estacionamento. Estamos neste momento a fazer a aquisição, ou a propor a aquisição, de um parque de estacionamento nos Olhos de Água, a um particular, como temos necessidade de resgatar concessões, por violação dos contratos de concessão e de adjudicação. Temos também situações, de outros particulares, isto permitiria abrir uma caixa de pandora, que é, mais tarde ou mais cedo, outros particulares, com parques de estacionamentos privados poderem colocar a mesma questão à Câmara, em situação de igualdade. Quero já aqui dizer, para que depois não venha a referência de que o Partido Socialista está contra. Não, estamos aqui a tentar pôr alguma ordem, relativamente a algo que pode ser, como disse e refiro, uma caixa da pandora. Portanto, neste momento não há uma política da Câmara Municipal, no sentido da gestão pública dos parques de estacionamento, ou da gestão privada. A ser uma situação de manutenção da gestão privada, então os particulares deveriam contratar as empresas que estão neste ramo, para encontrarem uma solução nesse sentido. A ideia tem a ver com aquilo que se protagoniza para o futuro, embora continuamos a achar que a negociação poderia ser feita de forma diferente. A questão dos valores que aqui estão em causa e a forma como vimos aqui o relatório de avaliação, parece-nos de difícil análise. Porque uma coisa é comprar trezentos e cinco lugares, outra coisa é comprar um a um e ter um preço, como eles aqui definem, que custa "x" por estacionamento. Portanto, há toda uma série de critérios que na verdade poderiam ter sido definidos de forma mais correta e com benefício para o município. Que a população dos Olhos de Água necessite de estacionamento, não ponho em causa, que se calhar há necessidade de outras soluções mais ecológicas, também não ponho em causa. Ainda hoje, falando com alguém me dizia, mesmo que os veículos sejam elétricos eles também precisam de ser estacionados, o facto de muitas vezes contribuir para um melhor ambiente. São toda uma série de questões que gostaria de deixar, de ouvir o senhor Presidente e de colocarmos estas questões para percebermos que no futuro não andemos aqui numa situação de resolução de problemas concretos, mas tendo uma linha, uma estratégia relativamente aos parques de estacionamento desta cidade."-----



Presidente da Assembleia: "Não me recordei, quando enviei aos membros da Assembleia Municipal, e alguns não estavam na Assembleia Municipal nessa altura. É que este parque de estacionamento goza de uma declaração de interesse municipal, aprovada por esta Assembleia Municipal. Já foi há algum tempo, após a sua conclusão. A Assembleia Municipal emitiu essa declaração de interesse municipal a este específico parque de estacionamento." -----

Presidente da Câmara: "Para responder diretamente ao Renato, vai ser explorado pela Câmara, não estou a pensar entregar ao exterior. Seria bom que fosse tudo gratuito, mas não podemos pensar que será assim, mas com certeza que os preços a praticar, pelo que tenho visto, nunca serão iguais, antes pelo contrário, serão muito diferentes daqueles que normalmente tem havido por aí. Relativamente às questões levantadas pelo Francisco Oliveira, queria dizer que já falei com um dos administradores da empresa que está a explorar o parque P1, foi antes das eleições europeias, só que essa situação está dependente da sociedade Polis e ainda não está liquidada, está em andamento, está próximo mas ainda não aconteceu. Relativamente à questão do P5, P6 e Avenida da Liberdade, como essa situação está foi dependente de uma construção do parque P6, será um pouco mais difícil haver reversão, mas não deixo de ter uma reunião, dentro de uns dias, com um dos administradores da empresa Circulo Digital, para iniciar conversa nesse campo. De maneira que, o objetivo é reverter todos aqueles que são públicos e estão a ser explorados pelo exterior, coisa que tem acontecido em várias cidades do país. Penso que até as próprias empresas privadas não têm grande vontade de manter a exploração dos parques, pelo menos em Albufeira. Se for em Lisboa é uma coisa completamente diferente, aí a situação inverte-se. Sobre a questão da avaliação, é feita por uma pessoa credenciada, certificada para o efeito, depois de um concurso público que abrimos na Câmara, foi esta pessoa que ficou com a prestação de serviços. Conforme o senhor Presidente falou, este parque de estacionamento, em dois mil e oito, nesta Assembleia Municipal foi aprovado o interesse público municipal. Relativamente aos valores que estão aqui encontrados, o parque tem uma avaliação de dois milhões e oitocentos e seis mil euros. Tinha pedido, na altura, uma avaliação de uma forma mais simples e mais linear ao engenheiro da Câmara, o engenheiro Valdemar, que me transmitiu, por email, nessa altura, de três milhões duzentos e sete mil e quarenta euros. Seria o valor da construção de um parque de estacionamento com aquelas características. O valor patrimonial é de três milhões, penso que temos um



valor enquadrado. O proprietário do parque de estacionamento veio, na sequência de na altura da Páscoa estar fechado, e manifestou vontade em não voltar a abrir o parque, que vinha a ser uma situação altamente penalizadora, daquela zona dos Olhos de Água. Obviamente que haverá outras situações, mas não aquela que está em cima da zona comercial mais intensa. Evidentemente que nos Olhos de Água há outro processo, pode ser construído um parque de estacionamento, mas é cá em cima, no início da Avenida vinte e cinco de Abril, o que se torna um bocado longe. Não quer dizer que, em qualquer ano, tendo em conta as necessidades, poderia ser construído um outro, e por muito mais que este valor, com certeza. Acho que é um benefício para o concelho, um benefício para os Olhos de Água, porque naquela zona não há mais nada, não há espaço para construir outro, nem terreno privado, nem terreno público.”-----

Francisco Oliveira: “No âmbito desta discussão, que é uma discussão mais alargada do que propriamente o parque de estacionamento em si, o facto de, hoje em dia se estarem a retirar os veículos do centro das cidades, vilas ou localidades, é por demais evidente. A inexistência de um parque, vamos supor que ele não existiria, implicaria que os veículos não tivessem que vir até ao final, até à zona quase da praia. Foi criado, foi constituído, mas hoje em dia as perspetivas são diferentes, e são perspetivas no sentido de retirar do centro das cidades os veículos automóveis. Era só mais uma achega que deixaria para, nomeadamente, também, só deixando uma outra perspetiva, que seria: até que ponto não foi ponderada ou considerada a hipótese de um arrendamento do referido parque e não da sua aquisição? É uma questão que também deixo e que deixaria a pergunta para que o senhor Presidente pudesse responder.” ----

Leonardo Paço: “Conhecendo-se o vendedor e pelo que o senhor Presidente acabou de dizer, houve inclusivamente conversas entre ambos. Por que razão existe intermediação neste negócio?” -----

Pedro Coelho: “A leitura da proposta deixa-me muitas reservas e muitas dúvidas. Teria de começar por algumas questões que já passaram por esta Assembleia e mereceram discussão e reflexão. O que estou a referir com esta reflexão foi o plano de mobilidade onde avaliou o esquema de mobilidade do concelho, interconcelhio e estacionamentos. Ao nível dos estacionamentos é feita uma avaliação da oferta e da procura dos estacionamentos. Na altura, quando é feita essa avaliação, em nada é referido esse risco, de um privado não querer continuar a operar. Mas podíamos dizer que o plano não conseguiu avaliar esse risco. Mais uma limitação que o plano tinha,





porque deveria ter conseguido avaliar esse risco. Mas se não conseguiu temos de avançar para a frente e temos de gerir com o que temos. Mas o plano conseguiu caracterizar, consegue caracterizar a oferta de estacionamento em todos os aglomerados, mas vou situar-me entre Albufeira e Olhos de Água. Avalia a disponibilidade de estacionamentos nos Olhos de Água e refere que há mil quatrocentos e quarenta e três lugares de oferta de estacionamento. O que dá para a área de intervenção que o plano define como a zona dos Olhos de Água de dois vírgula um lugares por habitante. É dos valores mais altos por habitante que temos nos aglomerados. Para dar um exemplo, no centro histórico de Albufeira estamos a falar de zero vírgula cinco lugares por habitante. De zero vírgula cinco para dois vírgula um estamos a falar de dois mil cento e trinta e sete lugares para dois mil seiscentos e trinta e um habitantes. Isto são tudo dados do INE, estão todos inscritos no plano. Temos um rácio de disponibilidade de lugares de Albufeira, Centro Histórico para Olhos de Água. Mas também temos Albufeira poente, quando o plano identifica carências. E é aí que existe a proposta de um parque de duzentos e cinquenta lugares em Albufeira poente. A primeira questão que me ocorre é: estamos a investir dois vírgula oito milhões num parque existente, quando temos carências claramente identificadas no plano, de novos parques? Essa é a primeira questão que deixo para reflexão. Segunda questão: o incumprimento recorrente, periódico e frequente do contrato de concessão do P5 e dos outros parques, o que vem trazer mais dificuldades ao estacionamento na zona de Albufeira. Se temos dois vírgula oito milhões para resgatar num negócio que é existente, também julgo que teremos algum para conseguir terminar aquele processo de incumprimentos e devolver à gestão pública aqueles parques. Continuando a analisar a fundamentação, a questão de utilidade pública, o negócio privado pode ter utilidade pública, julgo que não há qualquer incompatibilidade nessa análise. De referir que é um esforço não exigível por uma empresa privada, devido aos elevados custos fixos, essa questão era conhecida, à partida, quando o privado quis instalar um parque de estacionamento no local que era. É verdade que a sazonalidade afeta, mas essa questão era de base, à partida, com certeza que o investidor assim o conhecia. Soluções? Acho que antes de se chegar à solução da compra, pode ter que se chegar a outro modelo de gestão, onde há um arrendamento, exatamente por essa utilidade pública que o parque tem. Mas também há outra questão que se pode colocar, neste âmbito e que tem a ver com a determinação do valor e a



avaliação: é se estamos na presença apenas do imóvel, como ele foi avaliado, porque é isso que vamos adquirir, mas há um negócio associado. Isto é, há uma atividade que é inequívoca àquele edifício, não se consegue extrair a atividade do imóvel. É a atividade que estamos em presença, estamos a comprar uma atividade de estacionamento. É nessa questão que me reside a dúvida. Se a avaliação é bem robusta e suficiente nesse âmbito, porque o que estamos a falar, como o Francisco já referiu, estamos com valores unitários de metros quadrados de habitações multifamiliares, que têm estacionamento e pretendem vender. É assim que é feita a determinação do valor. Mas esta soma destas múltiplas partes, ou esta multiplicação por trezentos e cinco lugares não é a mesma coisa, parece-me algo estranho. Então a pergunta que deixo, é se alguma das empresas que opera em Albufeira compraria o parque a este valor? Qual era o valor que as empresas do mercado, que gerem parques de estacionamentos, estão disponíveis para comprar aquele parque de estacionamento? Acho que deveria haver uma análise económica nesse âmbito, de perceber quanto é que vale aquele negócio. Até por uma questão de amortizações, com este valor que está aqui, com o que se refere que é tão oneroso a gestão do parque e de pouco receita, em quantos anos será amortizado este investimento desta monta? Também fica a dúvida e deveríamos ter algum conhecimento sobre essa questão. Julgo que há aqui muitas questões que deveriam ter sido melhor fundamentadas, bem como outra, para finalizar, do parque de estacionamento. Estamos a comprar um parque de estacionamento como se fosse um parque de estacionamento que possa ser dado posteriormente à concessão, ou que cumpre todos os requisitos, mas nada é referido em nenhum documento que nós temos, se aquele parque de estacionamento neste momento cumpre os requisitos todos dos parques de estacionamentos atuais, como se fosse construído um novo. Isto é, se cumpre toda a legislação em vigor, em dois mil e dezanove, para parque de estacionamento. E isso, tem um valor, isto é, se quisermos adaptar aquele parque de estacionamento para cumprir toda a legislação, qual é o valor que tem de acréscimo que a Câmara tem de despende para esse investimento? Também não é referido. Não sei se é muito, se é pouco. Acho que deveria ser referido, porque fica a dúvida, para um licenciamento com alguma longevidade e com diplomas que saíram, entretanto, neste âmbito, reforçando algumas questões de segurança. Acho que esta questão deveria estar um pouco mais fundamentada, para que a decisão fosse mais fácil e clara." -----



Adriano Ferrão: "Estive a ouvir com atenção estas intervenções. A primeira que estava para responder é precisamente porque a mim parece-me que aquele parque é essencial para os Olhos de Água. Os Olhos de Água sempre, de longa data, tiveram uma dificuldade enorme de estacionamento. Pela sua orografia que limita completamente o estacionamento. Porque só tem aquela rua que desce para a praia, praticamente e a única hipótese para pessoas que tenham mobilidade reduzida, por gravidez, por idade, crianças, têm uma dificuldade de chegar àquele local da localidade, se não estiver ali um parque perto. De modo que, mais trezentos lugares onde é impossível criá-los e eles já ali estão, acho que é uma oportunidade única. Depois, ninguém diz que, com a afluência que os Olhos de Água têm vindo a ter, cada vez maior e mesmo com a construção que ali vai, talvez venha a ser necessário um novo parque. Há um outro parque que lá está em cima, na Vinte e Cinco de Abril, é só o piso térreo, que está ali e todos podem ver. Provavelmente a construção de um sítio que fizesse os mesmos trezentos lugares ou qualquer coisa semelhante, iria custar mais que este preço que está aqui. Retirar a possibilidade de ter aquele parque acho que é um rude golpe nos interesses da população dos Olhos de Água, nos interesses turísticos e comerciais que aquela localidade tem e que isso merece toda a consideração. Por outro lado, falou-se da mediação do negócio, a mediação de um negócio imobiliário é normal nos negócios imobiliários. Para eles é mesmo o meio mais eficaz de concluir o negócio, não vejo mal nenhum haver mediação num negócio desta natureza." -----

Fernando Cabrita: "Ouvi dizer que a negociação e a atribuição do interesse público municipal foram discutidas noutra Assembleia." -----

Presidente da Assembleia: "Dois mil e oito, aquando da sua construção." -----

Fernando Cabrita: "Quantos anos tem a construção? Sabem me dizer?" -----

Presidente da Assembleia: "Tem onze anos." -----

Fernando Cabrita: "Seja como for, parece-me que são poucos os elementos que nos confortem suficientemente para tomar uma deliberação com o risco desta matéria. Efetivamente não me sinto em condições de votar a favor ou contra e vou abster-me, porque acho que devia haver mais justificação, mais rigor na própria avaliação do local e todas estas opiniões no sentido de defender a aquisição pela Câmara. Penso que, efetivamente, até numa altura em que se fala das eventuais consequências do "Brexit", que enfim, também temos de ser otimistas e pode ser que a situação não seja assim tão catastrófica. Mas o que acho é que a aquisição definitiva não tem uma via de



regresso. Amanhã se quiser atribuir-lhe outra finalidade, não me parece que seja fácil. A Câmara não joga no risco, está a aplicar dinheiros públicos, receitas de todos os cidadãos, portanto, não se pode fazer assim de ânimo ligeiro uma aquisição de um imóvel pelo valor que é aí atribuído, por isso vou-me abster." -----

Pedro Coelho: "Queria complementar a intervenção, comentando a intervenção do Adriano, dizendo que não está em causa a necessidade de um estacionamento nos Olhos de Água, apesar dos rácios serem melhores, porque estamos a servir seiscentos e sessenta e sete habitantes, que é o valor que está no plano de mobilidade. Mas, estamos, obviamente, com necessidades porque há uma afluência turística, mas como há afluência turística em Albufeira. E há mais habitantes em Albufeira e há mais défice em Albufeira e o plano que aprovamos aqui tem isso tudo escrito. O que queria referir era exatamente o modelo de mobilidade, o modelo de mobilidade que no plano que aprovamos aqui refere, tem um modelo misto, isto é, reconhece que a Rua Vinte e Cinco de Abril tem de ter um perfil mais pedonal e tem de ter um perfil mais ciclável. Isto é, propõe objetivamente melhorar o fluxo pedonal e o fluxo ciclável, tem o perfil do arruamento. É isso que está no plano e isto quer dizer que estamos a dar mais condições pedonáveis e cicláveis, mas também no plano diz que não estamos a remover os carros. E não é por o parque de estacionamento deixar de existir que se remove os carros, o que estou a dizer com isto é que os carros poderão sempre circular, de forma condicionada, vão até à baixa e voltam. Aqui não posso deixar de dizer, quando discutimos o plano de mobilidade, há algumas propostas semelhantes a esta questão de ir à baixa e voltar para Albufeira que estão inscritas no plano e foram aceites. Não chegou essa questão de não haver estacionamentos, ir a determinadas ruas e voltar para trás, até algumas zonas distantes, como na altura tive oportunidade de discutir aqui com os consultores dizendo, "atenção, essas questões de ir e voltar e não estacionar", porque odiamos estar a colocar as pessoas a estacionar em Albufeira noutra colina, que sobe, desce, sobe, desce. Isto está previsto no plano e foi aprovado, por isso esta questão que se está a colocar aqui, do estacionamento dos carros, de não poderem ir à baixa dos Olhos de Água, não foi referida e não ouvi aqui ninguém referir essa questão. Estávamos a falar só da questão da aquisição do parque. Há um terreno disponível no início da Rua Vinte e Cinco de Abril, por isso esse plano, essa mobilidade, esse esquema de mobilidade que foi discutido tem exatamente essa questão, o parque mais periférico e transitar pedonalmente e ciclavelmente ao longo daquela rua, sempre



que necessário o acesso via automóvel, mas não estacionar lá em baixo. Pode ser uma questão que se pode colocar e é isso quando se está a colocar alternativas ao parque, pode ser essa a questão que se está a pôr em cima da mesa. Mas, mais uma vez vamos à questão dos valores, este parque pode estar empolado no valor de mercado que está aqui. Porque o valor desta atividade pode não ser este valor, é essa a questão que me deixa sérias reservas." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite. Estava a ver se não tomava a palavra, mas é mais forte do que eu. Não sei se os presentes já alguma vez foram à praia dos Olhos de Água. É impossível ir à praia dos Olhos de Água, porque há um pin e só quem tem comando é que entra lá dentro. Ou seja, pessoas com mobilidade não conseguem. O que é que eu faço nessa altura? Empréstimo. Só para terem noção, estar a falar sem vivenciar o que se passa lá em baixo, penso que não tem muito sentido. Há pessoas que vão para lá de férias, há pessoas que toda a vida foram para lá de férias e agora têm mobilidade reduzida e se não for aquele parque, eu pergunto onde é que as pessoas vão estacionar? Não há hipótese. Há aquele terreno cá em cima, na Rua Vinte e Cinco de Abril, como toda a gente referiu, mas penso que se estão a esquecer de um pormenor: É que no início da Vinte e Cinco de Abril temos aqueles hotéis todos e os funcionários quando chegam estacionam aí. Quando chega a pessoa para ir à praia não tem lugar para estacionar. Porque o Hotel Riu não tem parques para os funcionários e aquele parque que está no início da Vinte e Cinco de Abril serve, sobretudo, os funcionários daquelas unidades hoteleiras. Não estou a fazer nenhuma crítica, estou só a fazer uma constatação. Nós precisamos daquele parque. Eu pessoalmente, moro na parte de cima, não preciso do parque, mas sei as dificuldades. As pessoas não têm onde estacionar, porque quem conhece os Olhos de Água sabe que a Rua da Ladeira só tem um sentido, neste momento está a descer e é impossível fazer-se da rua de acesso ao largo dos pescadores parque de estacionamento. Portanto, ou temos aquele parque de estacionamento e temos aquela oportunidade, ou nada. Faço o seguinte: como Presidente de Junta e como ainda sinto alguma coisa quando as pessoas vêm para a praia e têm familiares deficientes, de cadeiras de rodas, crianças, eu sei perfeitamente que aquilo tem um pin. Podem perguntar, embora estacionem no parque como é que vão lá para baixo? Como velhotes de oitenta anos em cadeira de rodas, como crianças, etc., o que fazemos neste caso é emprestar o comando para as pessoas ficarem de férias. Não é para estacionar, é para entrar e





sair, mas para deixar quem não tem mobilidade junto à praia. Penso que, independentemente de tudo, os dois milhões e oitocentos mil euros foram aprovados em reunião de Câmara por todo o executivo. O que circula à volta deste valor, ou o que circula à volta dessa aquisição, para mim é secundário. Eu estou aqui para defender as pessoas, estou aqui para defender a zona onde moro, estou aqui para defender parte da minha freguesia e realmente sem aquele parque, sem aquela oportunidade, não sei. Se calhar a praia dos Olhos de Água começa a ficar mais livre e começam a dizer que afinal de contas já não há muita gente. Pensem nisso, eu já pensei, pensem sobretudo que falamos muito em turismo, temos de dar condições aos turistas, uma das condições passa exatamente por poderem estacionar. Além disso na Vinte e Cinco de Abril não se pode estacionar nem de um lado nem doutro, ou seja, quem estaciona cá em cima no parque, como eu já referi que está sempre ocupado com os carros dos funcionários da cadeia Rios, portanto não há, puro e simplesmente não há. É só, muito obrigada, boa noite. -----

Ana Simões: "Boa noite a todos. É assim, um dos maiores problemas de acesso à baixa de qualquer coisa é precisamente ocupá-lo onde, eu já tentei por muitas vezes vir à baixa de Albufeira e fui-me embora, ou seja, há lojas, há estabelecimentos comerciais, neste caso específico estamos a falar do acesso à praia, aquilo não cabe ali um pirolito em lado nenhum. Portanto, se não houver onde pôr, tal como a Indaleta acabou de referir, cá em cima não estaciona, do lado do hotel pois estão os clientes do hotel, os empregados vão ter que estacionar cá em cima e não há mais nada. Porque é assim, podemos pensar, vão a pé, já agora, mesmo que vão a pé, mesmo que quisessem deixar cá em cima não têm onde. É ir a pé, pois é a tal história, vocês sabem o que é ir para a praia com crianças, uma coisa maravilhosa, principalmente quando tentar voltar e ter de subir aquela ladeira toda com putos a berrar, mais um carrinho de bebé mais toda a tralha que é preciso para levar putos para a praia, mais o guarda-sol, mais não sei o quê. É assim, é tudo muito bonito, mas a gente também precisa que os turistas ou quem quer ir à praia, quem quer usar os estabelecimentos tenha acesso a eles, se não tiver, que raio de serviço é que nós estamos a prestar. Perdemos todos, reparem que o negócio de Albufeira quer nós queiramos quer não é só um, é o turismo. Quando as pessoas não conseguem chegar aos sítios e não conseguem desfrutar deles têm de ir a outro lado, mas quem perde é quem lá está que não vende, as pessoas não têm acesso aos sítios. Também temos de ter isso em consideração e temos de ter isso em cima da



mesa, é tudo muito bonito, é óbvio que fazem falta parques em muitos sítios em Albufeira, concordo plenamente, mas as oportunidades também têm de ser aproveitadas, tenho dito.” -----

Leonardo Paço: Em relação à intermediação, acho curioso a observação do Adriano, pois se não for caso único para lá caminhará, em que o vendedor vem ao potencial comprador oferecer negócio e esse comprador para ele comprar vai pedir intermediação. Acho estranho, muito estranho mesmo, até porque trabalho nesse campo como alguns de vós sabeis. E já agora gostava que, se o Senhor Presidente pudesse, esclarecesse quem é o intermediário, para todos melhor percebermos esta minha pergunta.” -----

Roberto Raposo: “Só queria fazer uma pergunta. O outro parque desportivo que está lá em cima, quem é o Proprietário? Que ele está a ser usado como estacionamento, que vejo lá sempre viaturas estacionadas, ainda hoje passei lá e estava lá uma carrinha e um carro lá estacionado.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: “Bem, isto é uma das perguntas que entra no Albufeira vinte e quatro, mas de qualquer das formas eu vou responder. Aquele parque cá em cima está cedido, ou foi cedido pela Câmara Municipal ao Grupo Recreativo e Desportivo dos Olhos de Água por noventa e nove anos, portanto e de acordo com aquilo que sei foi cedido isso e também na altura uma sala do Hotel Oceanus, sala essa de que o Grupo Desportivo prescindiu, porque acha que não tem necessidade apesar de ter esse direito. As carrinhas que veem são do Grupo Desportivo, aliás, estão devidamente identificadas, são do Grupo Desportivo, às vezes até eram nossas, da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, não tínhamos onde pô-las e às vezes colocávamo-las lá, agora alugamos o armazém. Mas eu só queria dizer que aquelas carrinhas que vocês, qualquer pessoa que passa lá e vê são do Grupo Desportivo. E também queria aqui acrescentar outra coisa: o Grupo Desportivo, neste momento, dedica-se mais à pesca, eles têm Campeões Mundiais, Campeões Nacionais e Campeões Regionais e são eles que fazem dos maiores eventos de pesca Desportiva no Algarve, normalmente é feito no mês de janeiro que é o “Open de Pesca Internacional”. E além disso, e porque também consideramos que temos umas instalações boas, que podem ficar à merce de outras atividades, que não só neste caso a pesca, se calhar é a única Associação, ou umas das poucas que se reúne semanalmente às terças-feiras. Quem quiser lá ir a porta está aberta, para se discutir estes problemas todos das



pescas e etc.. E havia uma sala, que era uma sala de convívio, que o Grupo Desportivo pôs à disposição, aliás, pôs à disposição sem que ninguém pague nada. Atenção isto é muito importante, e neste momento têm sido lá administradas lá aulas de yoga, dança, pilates, enfim essas coisas todas que as senhoras gostam de fazer. O Grupo Desportivo suportou as despesas para adaptar as instalações a essas atividades. Perguntar-me-ão: são atividades desportivas? São. Foge um bocado ao âmbito das tradicionais? Foge. Há outro sítio para as pessoas sem pagar? Nada. Nem quem vai dar as aulas, nem quem vai assistir às aulas, há muitos espaços aqui em Albufeira? Não há. Voltando à pergunta do Roberto, neste momento está cedido ao Grupo Desportivo, mas é da Câmara. As carrinhas que estão lá, é como lhe digo, se repararem bem são do Grupo Desportivo, porque eles têm conseguido comprar com a pesca, com a festa da sardinha. São eles, aquela gente que está cá em cima que dinamizam a festa da sardinha e outras atividades que eles vão fazendo. Portanto, entre aspas "tem dono", não está ao abandono." -----

Roberto Raposo: "Mas o campo não está a ser usado?" -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Não." -----

Roberto Raposo: "Se não está a ser usado, sem prejuízo para o clube, poderia continuar a ter lá os lugares para as carrinhas e fazer um parque lá em cima. Se não está a usar o campo, podia ser feito um parque lá. Porque o parque cá em baixo, que está para ser comprado, com a desculpa das pessoas que não têm mobilidade, gostava de ver alguém fazer de cadeiras de rodas, da praia para esse parque, de cadeira de rodas. Mesmo com uma elétrica. Com a desculpa da falta de mobilidade, ninguém faz aquela rampa até ao parque de cadeira de rodas. A pé é difícil de fazer, quanto mais de cadeira de rodas."-----

Fernando Cabrita: "Eu não ponho em dúvida a sinceridade e a convicção com que a senhora Presidente da Junta de Albufeira e Olhos de Água, põe na defesa dos interesses desta "facility" como agora dizem, relativamente à existência daquele lugar de estacionamento. O que acho é que, atendendo ao valor, a forma não está suficientemente clara. Relativamente ao valor que se atribui àquele parque de estacionamento que nos permita aceitar totalmente esclarecidos, reconheço que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água tem mais capacidade de poder avaliar as necessidades da população e dos frequentadores da praia dos Olhos de Água do que eu, que moro noutra freguesia. Mas já fui à praia dos



Olhos de Água, embora perto dos oitenta anos, sou um velhote que ainda tem capacidade de ir à praia. O que acho é que, dado o valor envolvido na transação, não digo que não se experimentasse, não se pudesse adotar uma solução de explorar esse parque por um determinado número de anos, se fizesse um contrato de arrendamento, ou um contrato misto, se fosse possível, de arrendamento e compra e venda, podendo ser tomado em consideração na compra ,as prestações. Não sei se essa será mesmo a situação adequada. Acho é que esta solução me parece um pouco precipitada, dado o valor que está em jogo e dada a dificuldade que vemos pelos atuais parques já existentes, que faziam falta sem dúvida, mas as pessoas são muito avessas a utilizá-los, que passam deixá-los lá durante a noite, durante todo o tempo. A questão que se põe é que talvez se pudesse fazer uma coisa mais acautelada, é isso que digo. Não estou aqui como desmancha-prazeres, é um assunto sério que deve ser analisado com critério e, portanto, terá que se tomar uma decisão, inclusivamente podendo ser essa. Acho é que com os elementos disponíveis, afigura-se a mim, um pouco precipitado. E no meu caso pessoal, por não ter estado em dois mil e oito nessa deliberação, nem conheço os termos disso." -----

Pedro Coelho: "A intervenção do Fernando tem o essencial e era essencialmente essa questão que estávamos a comentar. A questão que vou comentar é uma questão acessória: quando há pouco a Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água comentou, obviamente, foi buscar as suas vivências, então eu vou buscar as minhas, porque assim é que se faz a riqueza do debate. Porque a questão que foi colocada, da dificuldade de acesso à praia e a dificuldade de acesso aos residentes naquela zona, então vou partilhar consigo as dificuldades de viver na baixa de Albufeira. Posso emprestar-lhe uma ou duas casas, tenho a felicidade de ser coproprietário na baixa de Albufeira e depois ver como é que conseguimos viver naquelas casas. Não consegue, porque eu já tive de desistir. Posso dizer uma: na Travessa Alves Correia não consigo estacionar, tenho de estacionar junto à Câmara e vou lá para baixo e volto para cima. Para facilitar é na zona do antigo centro de saúde. Não é uma questão que surgiu só nos Olhos de Água, estou a dar-lhe uma vivência pessoal, mas podemos falar de vários sítios: Travessa dos Telheiros, Rua Nova, enfim, são variados os locais que têm residentes e que não conseguem estacionar. Têm de se dirigir para uma zona distante e têm que fazer um percurso. Se tivermos carrinhos, então é um desafio. Posso dar a minha opinião pessoal, tenho gémeas, tenho um



carrinho grande, é uma aventura. É uma aventura circular pela baixa de Albufeira com um carrinho de gémeas, tenho essa dificuldade. Quase também me incluo na mobilidade reduzida quando estou com aquele veículo longo. É um facto. A questão do acesso à praia, de irmos com as crianças e deixarmos na praia, também é uma verdade, mas mais uma vez os Olhos de Água não é isolado da realidade de Albufeira. É exatamente igual em Albufeira. O que quis referenciar foi que em Albufeira também há uma grande carência de estacionamento. O valor tão elevado de investir num local pode impossibilitar investir noutra local parte desse valor, esta era a questão que estava a colocar. Por isso, acho que a questão que o Fernando colocou de tentar encontra-se uma solução, mais custo/eficaz para o município, parece que é uma questão pertinente para ficar em cima da mesa.” -----

Francisco Oliveira: “Acho que o que estamos a fazer aqui é exatamente aquilo que é fundamental, que é discutirmos as opções, as soluções e aquilo que é melhor para a freguesia. Naturalmente que temos visões, até por desconhecimento que temos de algumas realidades. A verdade é essa, que foi colocada aqui, de que outras soluções poderiam ser possíveis, que necessidade há, de facto, de manter o referido parque de estacionamento. E parece que é evidente que há, mas depois colide com determinadas situações. A questão fundamental, nestas circunstâncias, relativamente à possibilidade, por exemplo das pessoas irem até à praia, poderem ter um acesso para mobilidade reduzida. É verdade, mas de facto, estacionando ali, com aquela rampa é difícil. Desculpem-me esta brincadeira, mas se alguém largar a cadeirinha de rodas lá do parque até cá baixo, a pessoa para no mar. Entrando em coisas concretas e fundamentais, eu não vejo com maus olhos, nem vejo numa perspetiva de dizer, “não, tem de se acabar com o parque”, o que eu sinto, senti e ainda hoje sinto e penso que os meus colegas de bancada sentem, por isso temos esta noção de para nós ser difícil aprovar e irmos caminhando para a abstenção, é a dificuldade que tivemos relativamente ao processo e à forma como foi conduzido. É mais nesse sentido e mais uma vez, estamos a discutir uma questão que é importante para a freguesia, importante para o concelho, importante para nós, numa sessão. E é aqui que estamos a discuti-lo. Muitos de nós não tiveram, eu por acaso tive a felicidade de ter acesso, o senhor Presidente teve a amabilidade de me mandar a avaliação, mas muitos membros não tiveram essa possibilidade, nem discutimos o assunto e de facto chegamos aqui e colocamos uma série de questões sobre a melhor forma de resolver. Haverá





arrendamento, haverá opção de compra, eu não tenho qualquer pejo em dizer, sim senhor é importante para a freguesia, sim senhor avance. Mas, deixem-nos pelo menos questionar, perguntar, colocar a melhor forma, as melhores soluções e perceber como o processo foi conduzido. É esta a questão." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Caso o parque seja adquirido haverá estacionamento para as freguesias ou não? É que aqui em Albufeira, nos parques dizem Câmara Municipal. No próprio parque da Câmara, antes vinha à Câmara e estacionava ali no parque e vinha ter à Câmara para tratar dos assuntos, agora chego ali, tenho uma cancela e não entro. É extremamente difícil um Presidente de Junta ou alguma pessoa da Junta vir a algum destes sítios. Vou a qualquer parque de estacionamento em Albufeira e vejo Câmara Municipal. Metam Câmara Municipal e Juntas. Vamos adquirir um parque lá em baixo, se calhar a senhora Presidente também vai ter necessidade de estacionar lá o carro. Não se esqueçam dos parques de estacionamento que é Câmara Municipal e Juntas, ou outras entidades, como queiram. Vejo ali Policia Marítima, cada evento que há e tenho de ir lá abaixo tenho de deixar cá em cima e ir também a pé, ou então tenho de pagar o parque. Não é a primeira vez que pago parques para ir assistir a eventos do município. Isso deve ficar aí para terem logo atenção, na aquisição dos parques não se esquecerem das entidades públicas, inclusive as Juntas de Freguesia."—

Presidente da Assembleia: "Vamos a vinte minutos da meia-noite, levamos quase quarenta minutos de discussão sobre este ponto, os trabalhos acabam à meia-noite e como tal à meia noite terei de meter à deliberação da Assembleia Municipal a continuidade dos trabalhos. Todavia, e não obstante a riqueza da discussão direi sempre e porque há uma parte que diz respeito à mesa, que quando qualquer membro desta Assembleia Municipal solicita dados, nós solicitamos à Câmara Municipal o envio desses dados. Estou em crer, que ninguém nos pediu qualquer outro documento referente a este dossier, como tal, o que foi remetido é o que nos foi remetido pela Câmara Municipal. Os demais foi ou por diligências próprias ou ausência qualquer de pedido à mesa para que municiasse de documentos complementares. Já ouvimos aqui o apontamento de que a Câmara Municipal aceitou recomendações de uma associação ou de uma juventude política e, portanto, a Câmara, o executivo, também pode estar aberta e está certamente, a recomendações desta Assembleia Municipal para tomada de posição do que quer que seja. Aquilo que aqui estamos a discutir é única e exclusivamente a autorização da despesa para a aquisição. Sem retirar, obviamente



tema de debate quanto a outras soluções que houvesse. Mas a verdade é que só temos uma: neste momento, que é esta que aqui está e o objeto da nossa deliberação, não obstante as exposições pessoais de cada um, será única e exclusivamente a aquisição ou não, por parte da Câmara Municipal." -----

Francisco Oliveira: "Para eu saber se, em consciência devo votar favoravelmente a aquisição, gostaria de saber das outras opções ou soluções que eventualmente ..., não estou a dizer que não se possa votar outra coisa que não seja a aquisição. Mas, naturalmente para formar a minha opinião, para tomar uma decisão para deliberar é natural que se coloquem questões e haja esclarecimentos necessários para que possamos, em consciência, votar em conformidade." -----

Presidente da Assembleia: "Por isso mesmo, nós conhecemos as regras. Não se esqueçam que isto está a ser transmitido, portanto quem está a assistir não conhecendo as regras do que nós aqui estamos a fazer e não tendo uma explicação do que aqui se passa e da forma como se passa e qual é o conteúdo da discussão pode levar ao engano daquilo que é o objeto da própria deliberação. Por isso, o meu apontamento não foi retirar, e tive essa salvaguarda, dizendo "não obstante as posições de cada um e os esclarecimentos que se queiram fazer", o que quis foi chamar apenas a atenção para que o objeto deliberativo é a aquisição ou não por parte da Câmara Municipal, mais nada. Não foi, nem fiz qualquer alusão positiva ou negativa a qualquer intervenção nem o farei, a não ser que toque diretamente a minha pessoa, ou o meu cargo ou a mesa. Portanto, não houve essa questão, mas houve um apontamento a dizer que tinham sido documentos remetidos diretamente pelo senhor Presidente da Câmara, também para que não fique a dúvida, dizer que a mesa não recebeu qualquer pedido de esclarecimento adicional a qualquer documento. Portanto, não é objeto de discussão, não é para abrir uma nova linha de discussão, é única e exclusivamente para quem nos estiver a acompanhar, saiba aquilo que estamos aqui a fazer e a forma como estamos a fazer, que é o objeto da deliberação. Nada mais, sem qualquer ataque a qualquer membro ou qualquer posição da Assembleia Municipal." -----

Pedro Coelho: "Para esclarecer, quando eu e o Fernando referimos a falta de documentos adicionais de fundamentação, não era uma questão de pedirmos, era a questão que consideramos que o documento que está aqui para nos fundamentarmos era insuficiente."-----



Presidente da Assembleia: "Não foi essa alusão. Tivemos o Francisco Oliveira a dizer que recebeu um documento e que foi entregue diretamente pelo senhor Presidente da Câmara. O que quis esclarecer é que mais nenhum membro da Assembleia Municipal procurou diretamente ou através da mesa obter qualquer outro esclarecimento dos documentos que foram remetidos, não da forma como é sustentada a decisão do executivo. Por isso vos digo, não é um atentado a qualquer intervenção, é única e exclusivamente um ponto de ordem para que quem nos ouve e nos vê perceba aquilo que aqui estamos a fazer, nada mais. Volto a dizer, sem qualquer apontamento a qualquer intervenção, zero." -----

Francisco Oliveira: "Só para esclarecer: o documento que me foi facultado pelo senhor Presidente foi o documento que depois suportou o ponto da ordem de trabalhos, quando o mesmo foi enviado. Portanto, não foi nada de mais." -----

Francisco Guerreiro: "Só queria levantar uma situação: já demos a volta ao concelho e ainda não chegámos a Paderne. Mas a verdade é só uma: estamos a discutir um ponto que é a compra de um parque de estacionamento nos Olhos de Água. Já fomos buscar tanta coisa e o ponto praticamente ainda não foi discutido, na minha modesta opinião. Todos nós reclamamos da falta de estacionamento, seja aqui ou noutra sítio qualquer. Lembrei-me da aprovação em dois mil e oito, que a Câmara ficou de comprar aquele parque, certo? Mas como há pessoas que se esquecem, vêm para aqui mas esquecem-se do passado, eu não me esqueço. Já passei tanta coisa, já dava para eu fazer uma série de livros. Eu não me esqueço. Quando se diz agora que a Câmara devia ter visto uma hipótese de aluguer, acho que estamos a fugir à nossa responsabilidade. Acho eu. Quando, em dois mil e oito a Câmara assumiu que compraria o parque de estacionamento, certo?" -----

Francisco Oliveira: "Onde é que isso está?" -----

Francisco Guerreiro: "Onde é que está? Está escrito. Foi aprovado aqui em dois mil e oito." -----

Francisco Oliveira: "A única coisa que foi aprovada aqui foi a declaração de interesse municipal. E o que é que isso tem a ver?" -----

Francisco Guerreiro: "Não tem a ver? Estamos a fugir à nossa responsabilidade. Se fossemos agora para o aluguer. Isto é a minha opinião." -----

Francisco Oliveira: "O que é que isso tem a ver com a aquisição?" -----



Francisco Guerreiro: "Isto é a minha opinião, em todo lado reclamamos que há falta de estacionamento. Ainda ontem dei cinco voltas em Olhão, na baixa e não consegui estacionar e tive de vir embora. Daqui para a frente é assim, quando não interessa levantamos problemas. Estamos a dois anos de eleições, não interessa muito, o Presidente da Junta, se calhar vai concorrer e vai ganhar com este feito, de comprar o parque de estacionamento? Isto tem tudo a ver, já são muitos anos, eu sei o que se passa. Devemos estar aqui com mais seriedade. Estamos a fugir do ponto, que devia ser discutido e ainda não foi. E não me venham interromper quando estou a falar." -----

Francisco Oliveira: "Só para lhe dizer, agora que posso responder, que em momento algum está deliberado que a Câmara Municipal adquiriria este parque de estacionamento em qualquer circunstância. Foi declarado que tem interesse municipal, ter interesse municipal, nada tem a ver com a aquisição do imóvel. São coisas completamente diferentes. É a sua opinião, mas a sua opinião não corresponde à realidade." -----

Adriano Ferrão: "Gostava de ouvir menos diálogo e menos interrupções que em nada dignificam o que se passa aqui nesta sala. Estamos fartos de ouvir o PS, a proposta que o PSD apresenta tem um fundamento que está aqui e tem o fundamento que pode ser considerado por uns, que não é suficiente, outros podem considerar suficiente. Está aqui, está para ser votada. Dizem que haveria outras soluções, acho muita piada o PS dizer estas coisas, mas qual é a outra solução fundamentada em alternativa que o PS trouxe aqui concretamente? Nenhuma. Nenhuma delas estava devidamente fundamentada como proposta alternativa a esta que está aqui. E isto para mim passa por uma manobra política, embora as palavras sejam mais simples do que o locutório que se ouve aqui do lado do PS. O que interessa aqui ao PS é criar impasses, para que esta governação que é do PSD não tenha o êxito necessário para que depois dê uma margem para que o PS possa conseguir os votos que quer. Não é assim, nós queremos governar, estamos a governar e vamos continuar a governar. E precisamos que esta Assembleia pense primeiro em Albufeira e a seguir nos partidos." -----

Francisco Oliveira: "Só para explicar ao deputado Adriano Ferrão que foram feitas duas propostas nesta Assembleia. Não estão fundamentadas porque naturalmente não temos os dados para as fundamentar nem o processo como foi efetuado. Mas as duas propostas são estas: uma delas era o arrendamento e a segunda a opção de compra com arrendamento. Se efetivamente, como é habitual, e isso infelizmente já é habitual com



o senhor deputado Adriano Ferrão, que a gente quando coloca alguma questão é porque estamos a fazer política e estamos a levantar dificuldades e sempre que a gente queira algum esclarecimento e seja colocado de forma a obstar e depois tendo ao seu lado alguém que diz coisas que não correspondem à realidade, para baralhar, de facto não é a solução. Não é e nunca foi. Se estamos aqui para fazer questões, para ver qual a melhor solução, não estamos aqui para empatar nem para colocar dificuldades à governação ou o quer que seja. Estamos aqui para saber, exactamente qual a melhor solução para o concelho. Mas se não podemos fazer perguntas, pronto.” -----

Roberto Raposo: “Só queria esclarecer uma coisa. Não fui eleito pelo PS, fui eleito pelos munícipes de Albufeira. É em nome deles que eu falo, não é em nome do PS, aliás eu nem sou filiado no PS, nunca fui filiado no PS, nem sou do PS. Custa-me ouvir dizer que estamos aqui a fazer política, eu nunca fiz política, eu estou aqui para falar por aqueles que votaram em mim, por mais ninguém nem por partido nenhum, só por aqueles que votaram em mim, mais nada.” -----

Francisco Cabrita: “Eu penso que estive sempre nesta Assembleia com seriedade e estive há uns anos, talvez dez ou doze fora da assembleia. Resolvi, por estar a atingir uma idade propecta e porque entendi, porque sou filiado no PS. É essa a razão, porque sendo militante do PS posso optar por me afirmar por querer fazer parte quer da Assembleia quer de qualquer outro órgão, embora nunca tenha tido ambições políticas por aí além. Mas cheguei a estar vinte anos seguidos nesta Assembleia, mas em dois mil e oito eu não estava. E se nós nos abstermos na aprovação de uma ata, que foi relativa a factos sobre os quais se deliberou e que é da ata anterior, na reunião posterior, se não estivermos presentes nos abstermos, porquê que agora não me posso abster e isso não implica que tenha uma posição menos séria, quando se trata de um assunto desta categoria, desta importância. Depois da intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia, pensei que ela tivesse razões para haver da minha parte alguma animosidade. Mas não me faço, nunca e por isso nunca optei demasiado por uma bancada ou outra do partido das alas mais próximas do centro, ou esquerda, porque voto em consciência, mas não estou a tomar posições de defender o partido. Ao senhor Adriano Ferrão eu digo só o seguinte: se há líderes do partido que até hoje foi o mais votado e que se há líderes que pensam que em quinze dias têm possibilidade completa de infletir as sondagens, em dois anos, com franqueza estamos ainda muito longe e muito pode quem está no poder de fazer para que seja preferido e mais a questão de





eleições autárquicas, pode estar muito à vontade e estamos muito longe para estarmos já maquiavelicamente a fazer as coisas da forma como nos intitula o Dr. Adriano Ferrão. Rejeito isso completamente e acho que isso é de uma infelicidade total, isso é o que eu quero dizer". -----

Presidente da Câmara: "Eu penso, e já muita coisa foi discutida, muita coisa foi dita, com certeza opiniões diversas, expressões variadas, com pessoas variadas, com partidos diferentes obviamente, mas independentemente disso penso que são legítimas, cada um é legítimo de ter a sua opinião. As questões de aquisição, arrendamento, outra situação mista, penso que isso foi posto em equação, mas não foi aceite, daí que não tenho assim muito mais a acrescentar. Acho que está tudo dito, discutido, os dados estão em cima da mesa, o objetivo é criar melhores condições, com certeza melhores condições de acessibilidade. Houve aqui alguns números, alguns coeficientes, alguns rácios comparativamente a Olhos de Água com Albufeira, mas o rácio dos Olhos de Água, só eventualmente é aquele porque existe lá o parque de estacionamento, subtraindo o parque de estacionamento com certeza que o rácio não seria aquele. Os rácios são mesmo assim, são números que não estando as operações de aritmética mal feitas darão com certeza os rácios certos, pelo menos os rácios estão certos, podem não ser adequados à realidade, portanto não tenho muito mais a dizer sobre isto, não me pronuncio mais". -----

Presidente da Assembleia: "Vamos deliberar a continuação dos trabalhos que atingimos a hora regulamentar do nosso regimento, meia-noite". -----

**VOTAÇÃO DA CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS:** -----

Votos contra: um (01): Renato Pimenta. -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Luis Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Leonardo Paço: "Senhor Presidente gostava de obter resposta às duas perguntas que fiz, se for preciso repito-as. Foi dito pelo Senhor Presidente que foi procurado pelo



vendedor do imóvel no sentido de adquirir o mesmo. A minha primeira pergunta é: Porquê então a necessidade de intermediação nesse negócio? A segunda é: Quem é o intermediário desse negócio?" -----

Renato Pimenta: "Posso pedir uma interrupção de dois minutos?" -----

Presidente da Assembleia: "Temos um pedido de interrupção de dois minutos, portanto suspendemos por dois minutos os trabalhos." -----

Os trabalhos foram interrompidos por dois minutos. -----

Presidente da Câmara: Relativamente à questão se fui procurado para a compra do parque de estacionamento, a procura não foi para comprar o parque de estacionamento, a minha solicitação foi saber, através de outras pessoas quando é que ele estava disponibilidade de abrir o parque de estacionamento. Foi aí que ele transmitiu, não a mim diretamente, mas a outras pessoas que não estaria a pensar em abrir o estacionamento. E foi aí que surgiu essa questão da possibilidade de compra." Relativamente ao mediador, escolhido pelo proprietário, a Câmara não tem nada a ver com isso, é a Algarve Dream Property." -----

Leonardo Paço: "A realidade é que conhecem-se ambas as partes, tanto a compradora como a vendedora. Logo, não há necessidade nenhuma, quando se conhecem as duas partes, todos nós sabemos que se conhecem, de haver mediação. Indo ainda mais longe, a intermediação é feita por um membro desta Assembleia, retirado de momento, bem sei, mas não deixa de ser. Isso só quer dizer que, realmente há aqui uma parte significativa deste negócio, que podia desonerar a Câmara Municipal de Albufeira. Muito sinceramente custa-me a perceber isto. Por tudo isto, o meu voto é contra." ----

Adriano Ferrão: "Preocupa-me ouvir estas palavras, as quais se podem aferir aqui um processo menos claro. Se o senhor deputado tem alguma coisa que conhece, além daquilo que eu conheço e os deputados desta bancada conhecem, clarifique e deixe isso bem claro, para que isso fique em ata." -----

Leonardo Paço: "Parece-me que tem estado desatento. Mais claro não posso ter sido. Estou a dizer que a parte compradora e a vendedora se conhecem. Estou a dizer que o intermediário é um membro desta Assembleia. O que é que quer que eu seja mais claro? Explique-me lá." -----

Adriano Ferrão: "Eu não tenho nada que esclarecer. As afirmações são suas, quem pede o esclarecimento sou eu." -----

Leonardo Paço: "O que eu afirmei é claro como a água." -----



Presidente da Assembleia: "Meus senhores, não tenham dúvidas absolutamente nenhuma, volto a dizer, é gravado, é publicitado, está um aviso lá fora, que é transmitido via YouTube. Portanto, a partir daqui está lá fora. Para que não me ataquem outra vez, não teço mais comentários. A única coisa que peço, vamos ser claros e incisivos naquilo que é para encerrarmos o ponto." -----

Roberto Raposo: "Acho que o que está aqui a querer dizer é que como todas as partes se conhecem, incluindo a intermediária, que se podia excluir a intermediária, e a Câmara ganhava alguma coisa com isso. Acho que é isso que o meu colega quis dizer." --

Adriano Ferrão: "Se é o comprador que escolhe o intermediário, no caso de um negócio, se houver alguma comissão é o vendedor que também o faz. Não estou a ver. Ainda para mais, diz que neste momento, a pessoa em causa não está efetiva neste plenário, e pode ter a sua profissão, como qualquer um de nós. Aliás, o senhor que também trabalha numa imobiliária, como disse há pouco, às vezes as imobiliárias dão mais eficácia aos negócios, se calhar, se todas as pessoas se conhecessem o senhor não era preciso, é disfuncional."-----

Leonardo Paço: "Ora, nem mais, tem toda a razão. Aliás, não fiz nunca, até hoje, nenhum negócio em que conhecesse o comprador e o comprador conhecesse o vendedor. Aliás, eu não sei se até não há incompatibilidade, sendo neste caso mediador membro desta Assembleia. É outra questão que deixo no ar." -----

Presidente da Assembleia: "Meus senhores, há um princípio básico do qual eu aí não peço. "In dúbio" Ministério Público, extraio a ata e remeto. Não é a primeira vez que o faço, não há de ser a última, em função das declarações, esta ata assim que redigida e aprovada, com a extração da gravação será remetida para que as dúvidas possam recair sobre quem quer que seja, mas nunca sobre este órgão. Porque as dúvidas levantadas recaem sobre um membro da Assembleia Municipal, suspenso, que pediu a suspensão há uma série de tempo. Como foi frisada essa situação, bem como a questão de uma falta de clareza e de uma questão de incompatibilidade, como o próprio não está para se defender, a posição, senão da mesa, minha, será fazer exatamente isso, para que fiquem esclarecidas as dúvidas daquilo que foi aqui demonstrado. Eu chamei a atenção várias vezes, desde o início da sessão, há uma coisa que não posso, é recair sobre a minha pessoa, como Presidente da Assembleia, nas funções que tenho a título pessoal e nas funções que tenho a título profissional, porque a lei obriga-me a fazê-lo. Como tal, com a calma e a serenidade necessária, estão todos comunicados daquilo que



vai acontecer. Portanto, a partir daqui, recai fora do âmbito desta mesa tudo o que daqui vier.” -----

Ana Ramos: “Relativamente à questão da mediação, queria perceber quem é que procurou quem. Foi o comprador que procurou o negócio? Foi o vendedor que procurou, no fundo, dizer que tinha o produto e queria vender? E já agora, quem é que vai pagar a comissão e qual a comissão?” -----

Presidente da Câmara: “Quem vai pagar a comissão, penso que não há dúvidas, é sempre o vendedor. Com certeza que, independentemente de haver mediação imobiliária ou não, o valor podia ser perfeitamente igual. Aquele valor, à partida não se sabe se tem mediação ou não. Por caso fui contactado pelo mediador, no sentido de falar uma única vez com o vendedor e daí chegarmos a este número.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: três (03): Miguel Pinheiro, Leonardo Paço e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras -----

Abstenções: nove (09): Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Isabel Machadinho, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: treze (13): Paulo Freitas, José Vila Nova, Carlos Oliveira, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Ana Simões, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Luís Pereira, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “A minha declaração de voto vai no sentido da mesma de há pouco, uma vez que há questões sobre a legalidade ou não da mesma, havendo essa questão acho que não devia votar a favor, portanto, a minha declaração de voto é essa. Havendo incompatibilidade, da minha parte não poderia votar a favor.” -----

Presidente da Assembleia: “Considera que há incompatibilidade do seu voto ou incompatibilidade do mediador?” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Precisamente do mediador. Foi posta aqui a questão que o mediador é um membro desta Assembleia, fiquei com sérias dúvidas. Eu tendo as dúvidas não poderei estar a votar uma coisa que eu penso que não é legal. Até concordo que faz falta um estacionamento lá nos Olhos de Água, conheço muito bem aquilo, foi praia que frequentava quando era mais pequeno. Se calhar eu



seria das primeiras pessoas a votar a favor. Mas mediante o que eu ouvi aqui nesta sessão e as dúvidas que fiquei, mediante a minha consciência, o meu voto é este." -----  
Isabel Machadinho apresenta declaração de voto. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

### PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação sob proposta do PAN, da Recomendação "Campanhas de sensibilização e aquisição de equipamentos urbanos para depósitos de beatas de cigarro"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Isabel Machadinho lê proposta de recomendação. (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Francisco Guerreiro -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, José Vila Nova, Fernando Gregório, Carlos Oliveira, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Oliveira, Pedro Coelho, Ana Simões, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Luís Pereira, Isabel Machadinho, Elisabete Machado, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

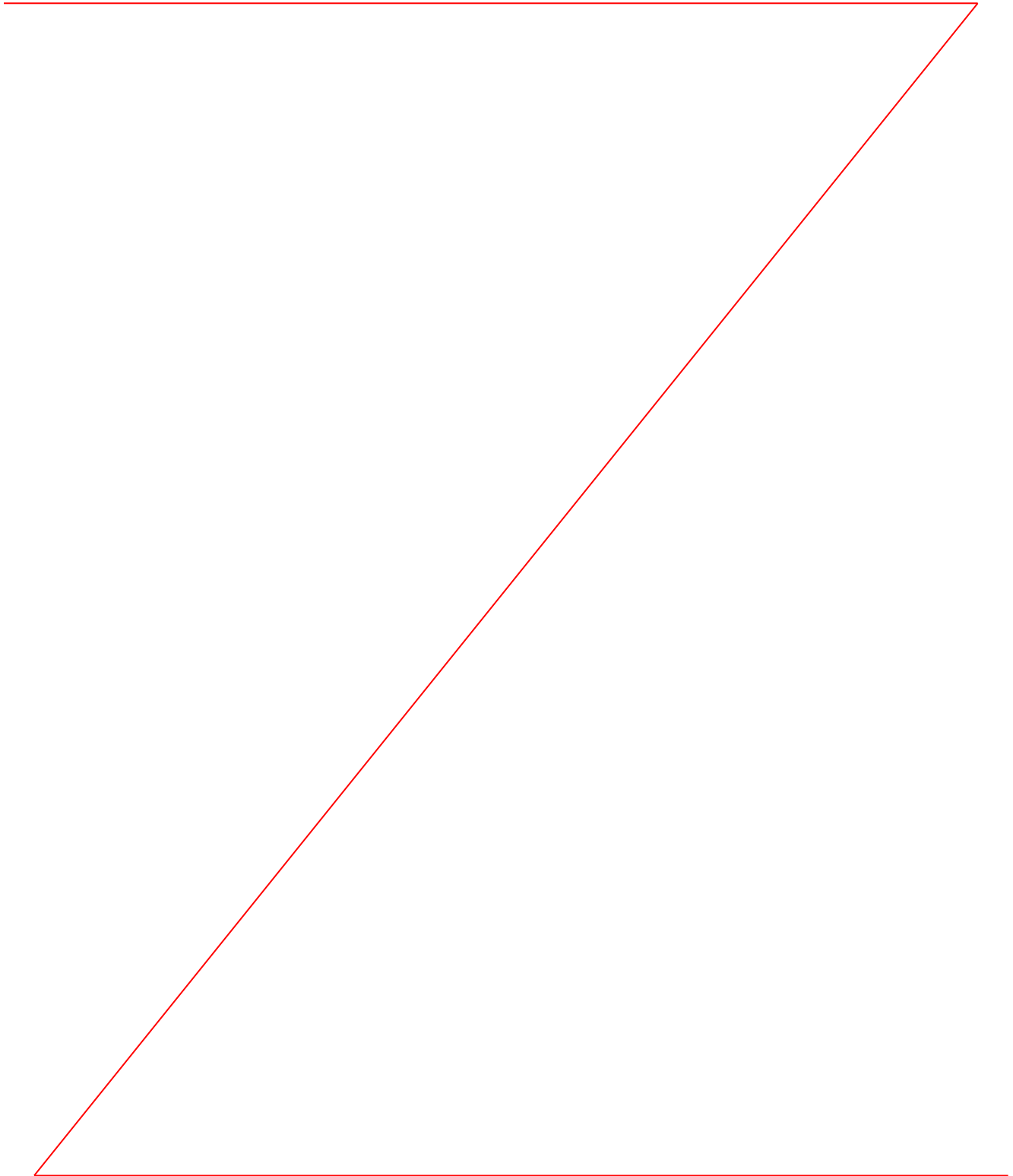
Albufeira, 19 de Setembro de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



A SEGUNDA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_





Ex.mo Sr.  
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal  
de  
Albufeira

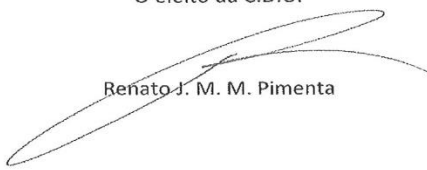
Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 7.º da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 19/09/2019, nomeadamente, apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução de Empreitada de Pinturas no Pavimento no Município de Albufeira, 2019-2020-2021 pelo valor base de 290.000,00 + IVA, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contra, uma vez que é nosso princípio de que a Câmara Municipal de Albufeira, ou qualquer outro serviço público, deve munir-se de pessoal que seja necessário para o assegurar o regular funcionamento dos serviços.

Albufeira, 19/09/2019

O eleito da C.D.U.

  
Renato J. M. M. Pimenta

Ponto 15  
- 19/9/2019

## PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem, por este meio, propor a alteração ao Ponto 15 da Ordem de Trabalhos, relativo ao Regulamento para atribuição de subsidio de arrendamento, nos termos do artº 25º, nº 1, alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, e da alínea g), do nº 1, do artº 7º, do Regimento da Assembleia Municipal de Albufeira, a aprovação, bem como as alterações ao regulamento, têm de ser aprovadas em Assembleia Municipal.

Face ao exposto, os artºs 9º e 10º, bem como quaisquer outros que pudessem incluir alterações que não sejam sufragados pela Assembleia Municipal, têm de ser alterados ou tidos como não escritos, uma vez que violariam o disposto na Lei, sendo que, nos casos mencionados, estamos perante a definição dos critérios fundamentais para a atribuição dos subsídios.

### Artigo 9º

#### Nº 2

... do vereador do Pelouro, e depois de devidamente aprovados em Assembleia Municipal.

#### Nº 3

... mediante proposta do vereador do Pelouro, e depois de devidamente aprovados em Assembleia Municipal, atendendo a alterações do mercado particular do arrendamento.

### Artigo 10º

#### Nº 5

... e devidamente aprovado em Assembleia Municipal, tendo em conta a situação financeira do Município.

Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista





Ex.mo Sr.  
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal  
de  
Albufeira

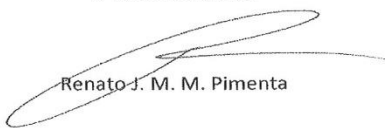
Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 15.º da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 19/09/2019, nomeadamente, apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da proposta de alteração do Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento do Município de Albufeira Em que votou **FAVORAVELMENTE**, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU considera que embora seja essencial a atribuição do aludido subsídio, não é desta forma que se ultrapassa a necessidade e falta de habitação nos municípios, mas sim com a construção de habitação social e com o pagamento de salários condignos aos trabalhadores.

Albufeira, 19/09/2019

O eleito da C.D.U.

  
Renato J. M. M. Pimenta



**PAN**  
**Declaração de voto**

Ponto 16  
Asssembleia Municipal  
19/09/2019

Vivemos num mundo com níveis insustentáveis de exploração de recursos naturais, pelo que se impõe uma mudança de paradigma.

Se consultarmos a Constituição da República Portuguesa, esta determina um dever a defesa do ambiente, que todos devemos assumir e que se pode revelar na procura de práticas ambientalmente sustentáveis;

Em 2015, com o Acordo de Paris, os Estados comprometeram-se com a transição para uma economia de carbono zero, mas para atingir a neutralidade carbónica são necessárias políticas ambientais ambiciosas e uma grande transformação em todos os sectores socioeconómicos.

Logo, o PAN considera que não devemos criar condições para albergar mais carros, principalmente para o turismo, mas sim fazer uma reflexão sobre as vantagens económicas de oferecer aos munícipes e aos turistas formas de transporte mais sustentáveis como a bicicleta, o transporte coletivo ou público, incentivando os visitantes a conhecer o município de forma mais amiga do ambiente e contribuindo para uma economia coletiva.

É imprescindível desenvolver uma visão ambiental mais ambiciosa que no futuro se mostrará o melhor investimento para todos, independentemente de vivermos em cidades, vilas ou aldeias.

Albufeira, 19/09/2019  
Jesús MacLacina





## RECOMENDAÇÃO

Campanhas de sensibilização e aquisição de equipamentos urbanos para deposição de beatas de cigarro

Segundo as organizações **Beata no Chão Gera Poluição** e **Portugal sem Beatas**, estima-se que no nosso país sejam atiradas para o chão cerca de 7 mil beatas de cigarro a cada minuto<sup>1</sup>, uma quantidade elevada que nos deve mobilizar a encontrar soluções.

Sabe-se que as beatas de cigarro não são biodegradáveis e dependendo das condições climáticas e do terreno, vão-se decompondo, mas, nunca na totalidade sendo que o filtro do cigarro que contém substâncias como acetato de celulose, ou seja, plástico, pode demorar mais de 10 anos a degradar-se.<sup>2</sup>

Sabe-se ainda que o filtro liberta, no meio ambiente, cerca de 4700 substâncias poluentes, entre as quais herbicidas e pesticidas, como também substâncias cancerígenas decorrentes da queima do cigarro: alcatrão, nicotina, arsénio, monóxido de carbono, cianeto de hidrogénio, benzeno ou acetona.<sup>3</sup> Logo, não depositar corretamente uma beata de cigarro no lixo leva a que todos os químicos que ela contém se transponham para a terra e para as linhas de água (superficiais e subterrâneas), contaminando solos, recursos hídricos e organismos vivos, acabando por entrar na cadeia alimentar, representando um potencial risco para a saúde pública.

Fumar e atirar a beata para o chão é em Portugal um costume social difícil de combater, por estar tão enraizado nos hábitos dos portugueses, por ser um resíduo pequeno, o que o leva a ser subestimado relativamente ao impacto que tem no ambiente, na saúde da população e na vida dos animais quando descartado inadequadamente, sendo que 80% dos fumadores justificam este hábito por falta de equipamentos e de infraestruturas na rua para o efeito<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Organizações: Beata no Chão Gera Poluição, Portugal sem Beatas, Missão Beatão, Feel4Planet, etc

<sup>2</sup> <https://anossavida.pt/artigos/conhece-tempo-decomposicao-nossos-residuos>

<sup>3</sup> <https://www.verywellmind.com/world-cigarette-litter-facts-that-will-shock-you-2824735>

<sup>4</sup> (Mucelin&Bellini, 2008), Gameiro, 2010, (Sherrington et al., 2017) Paula Sobral, 2017



Neste sentido o PAN recomenda ao Município de Albufeira a promoção de **ações de sensibilização** ao consumidor e a aquisição de **equipamentos de deposição de beatas de cigarros para colocação em via pública**, com o objetivo de potenciar a recolha destes elementos poluentes, evitando o descarte inadequado das beatas, com o objetivo de promover a limpeza geral do meio, contribuindo igualmente para a sensibilização dos cidadãos para a problemática em questão.



Como exemplo, referimos o projeto EcoPontas&PapaChicletes – que em 2016 venceu o Prémio Inovação Social Green Project Awards da Sociedade Ponto Verde – e que pretendeu criar soluções inovadoras que visam a redução da acumulação de resíduos de pontas de cigarro e pastilhas elásticas no espaço público, concebendo estruturas que contribuam para alterações comportamentais.<sup>5</sup>

Assim, o PAN propõe que a Assembleia Municipal de Albufeira, na próxima sessão, delibere recomendar à Câmara Municipal de Albufeira:

1. Promoção de campanhas de sensibilização dos consumidores para o fim responsável das beatas de cigarros.
2. Aquisição e implementação de equipamentos de **recolha de beatas de cigarro**, colocados numa primeira fase, em zonas centrais da cidade de Albufeira, onde existe maior vida noturna e posteriormente alargar para outros locais da cidade, como mercados, zonas de circulação pedonal, entre outros.

Albufeira, 01 de Setembro de 2019

**Pessoas - Animais – Natureza**  
(GM PAN)

Vera Belchior

<sup>5</sup> [https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1418?news\\_id=2388&fbclid=IwAR325wAWifh7Cfi0o\\_vm4ERvmlua0cZznQQWughCtMO1dNc2o74ePH3lBk#\\_XCZOp7iGw1Y.facebook](https://www.cm-guimaraes.pt/pages/1418?news_id=2388&fbclid=IwAR325wAWifh7Cfi0o_vm4ERvmlua0cZznQQWughCtMO1dNc2o74ePH3lBk#_XCZOp7iGw1Y.facebook)